



PRONASCI EM PERSPECTIVA

Dezembro 2008

FICHA TÉCNICA

Projeto

Sistema de Monitoramento, Avaliação e Desenvolvimento Institucional do Programa Nacional de Segurança com Cidadania (SIMAP/PRONASCI).

FGV Projetos

Diretor Executivo

Cesar Cunha Campos

Diretor Técnico

Ricardo Simonsen

Equipe Técnica Principal

Coordenador do Projeto

Marco Aurélio Ruediger

Rogério Sobreira

Vicente Riccio

Marcos Vianna Villas

Steven Dutt Ross

Paulo Saraiva

Juliana Gonçalves Mayrinck

Equipe de Criação

Coordenadora de Comunicação

Melina Bandeira

Assistente de Produção

Júlia Brasília

Assistente de Programação Visual

Marcelo Ferrari

Projeto Gráfico

Carolina Borges

ÍNDICE

1. Introdução	5
2. Sobre a metodologia de monitoramento da FGV	9
2.1 O SIMAP como choque de inteligência estratégica.....	15
2.2. O SIMAP como ferramenta integradora de dados.....	18
3. Sobre o legado da segurança no Brasil	25
3.1. Amostra da pesquisa	26
3.2. Metodologia	27
3.3. Tratamento dos dados	29
3.4. Categorização das entrevistas	30
3.5. Síntese da análise de entrevistas	31
4. PRONASCI em números	47
4.1. Execução orçamentária e financeira.....	47
4.1.1. Aspectos gerais da execução financeira	47
4.1.2. Análise por ação orçamentária.....	54
4.1.3. Análise por ação PRONASCI.....	61
4.1.4. Análise por unidade da federação	64
4.1.5. Ações monitoradas a partir de informações da Secretaria Executiva do PRONASCI	73
4.2. Projetos aprovados pelo comitê gestor do PRONASCI	74
4.2.1 Análise de projetos apresentados.....	78
4.2.2. Análise dos projetos por tipo de solicitação.....	92
5. O PRONASCI e os governos eleitos em 2008	97
5.1 Análise sintética das mudanças	97
6. Conclusões e recomendações	101
6.1 Recomendações específicas sobre a implantação e uso do SIMAP.....	103
6.2 Recomendações gerais sobre o PRONASCI	105



1 | Introdução

O Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania é uma iniciativa do Governo Federal, promovida pelo Ministério da Justiça em agosto de 2007. Busca uma intervenção mais qualificada no âmbito da segurança pública no Brasil, agregando à repressão elementos de justiça e integração entre estado e comunidade. A demanda por políticas destinadas a reduzir os índices de violência no país levou o Ministério da Justiça a construir esse programa no qual a combinação de ações preventivas e de repressão qualificada sejam instituídas, bem como de valorização do profissional de segurança pública e de recuperação de territórios com baixa coesão social, marcados por alta incidência de crimes. Além disso, o PRONASCI propõe a integração concertada dos três entes federativos na construção de políticas destinadas a reduzir os índices de violência e criminalidade.

Diversos aspectos devem ser considerados quando se analisa o PRONASCI, visto que suas ações têm por objetivo atingir tanto as situações causadoras da violência e do crime, quanto as ações destinadas a reprimi-lo. Além disso, o caráter federativo do programa é importante para a sua análise, pois a articulação dos três entes federativos impõe a definição, implementação e execução de um modelo de gestão específico e destinado a assegurar o cumprimento de suas metas e objetivos.

Assim, a parceria firmada entre a Fundação Getulio Vargas, por meio da FGV Projetos, e o Ministério da Justiça (MJ) para o desenvolvimento de toda uma metodologia de monitoramento das ações do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania pretende fornecer por diversas chaves analíticas e periodicamente, os elementos para que o MJ possa acompanhar e avaliar constantemente a execução das medidas propostas pelo programa, bem como compreender o legado estrutural sobre o qual as políticas do PRONASCI estão sendo construídas. No conjunto, pretende-se dar ao MJ a capacidade de calibrar constantemente suas políticas, aferindo também sua execução nas pontas, promovendo grande transparência e eficácia.

Nosso principal objetivo é apresentar de forma sintética as ações realizadas até o presente momento, levantadas a partir das atividades conduzidas no âmbito do processo do SIMAP (Sistema de Monitoramento das Ações do PRONASCI). O trabalho desenvolvido até então foi a base de obtenção das informações utilizadas para a confecção desse caderno. É importante ressaltar que o primeiro ano do programa foi marcado pela

construção das bases para a implementação das diversas ações do PRONASCI, incluindo a pactuação, e assinatura de convênios, além da submissão de projetos para análise e fomento. Isso implica em uma execução que, aparentemente, poderia ser considerada não completamente alcançada em seus objetivos iniciais, em face ao período observado desde o lançamento do PRONASCI. No entanto, é fundamental observar que um programa dessa natureza requer a articulação complexa de uma série de ações entre os entes federativos, prévias à sua execução, além da definição do escopo das ações e do trabalhoso processamento dos projetos submetidos em um primeiro ano de implementação onde rotinas ainda estão sendo ajustadas e instrumentos de gestão constituídos. Assim, a partir do presente momento, a execução tende a crescer de forma intensa, o que deverá estar refletido nos demais números do PRONASCI EM PERSPECTIVA, com especial impacto em 2009. Em síntese, considerados os impasses inerentes a projetos dessa natureza, como também as condições de contorno apresentadas em 2008, pode-se constatar que o PRONASCI vem tendo um desenvolvimento bastante satisfatório, condizente com seu imediatismo e complexidade.

O presente caderno se inicia com a descrição do procedimento de monitoramento elaborado pela FGV tanto em seus aspectos conceituais quanto operacionais. A concepção que orienta o SIMAP, baseada na construção de índices, indicadores e análise do contexto de construção do programa é ressaltada, bem como os macrofluxos integrantes do sistema. Pode-se verificar a descrição do sistema a partir da exposição das seguintes etapas: do cadastramento das ações do PRONASCI, cadastramento do projeto, tramitação, detalhamento, carga de execução orçamentária no SIAFI e SIAFEM, execução física, carga de externalidades e monitoramento dos projetos, seja por pesquisas qualitativas ou quantitativas. Tais etapas são apresentadas a fim de demonstrar a abrangência do procedimento desenvolvido pela FGV Projetos.

A seção seguinte aborda o legado estrutural sobre o qual as políticas do PRONASCI estão sendo construídas. Parte do trabalho desenvolvido pela equipe da FGV Projetos envolve o diagnóstico a respeito do estado gerencial da segurança pública nas regiões de incidência do PRONASCI, e, no presente caderno, é apresentada a síntese da pesquisa qualitativa realizada com os profissionais de segurança pública das polícias civis e militares, gestores das secretarias de segurança dos estados, representantes de

municípios envolvidos no programa, integrantes do Poder Judiciário e Ministério Público, além de representantes da sociedade civil. Nos cadernos seguintes serão apresentadas outras etapas do diagnóstico.

Dando prosseguimento ao caderno, a seção posterior à síntese da pesquisa qualitativa apresenta as primeiras análises acerca da execução financeira e orçamentária do PRONASCI, baseada nos dados coletados a partir do SIMAP/SIAFI. É importante destacar que as ações do PRONASCI inicialmente estavam previstas como ações do Plano Plurianual (PPA) e foram incorporadas ao programa, consubstanciadas em convênios e, a partir daí, distribuídas aos entes federativos e demais beneficiários individuais das ações do programa. As rotinas para a efetivação e ampliação da execução financeira e orçamentária foram montadas nesse ano e estarão organizadas em sua totalidade para o período de 2009.

Por fim, a última seção do caderno aborda o contexto político daqueles entes vinculados ao PRONASCI, a partir do resultado do pleito municipal de 2008. A análise da seção demonstra uma taxa de renovação de 54,9% nas administrações dos municípios envolvidos com o programa. Tal fato aponta para a necessidade de ação junto às novas administrações, de modo a reforçar o entendimento a respeito das políticas do PRONASCI, bem como acerca da articulação entre os entes federativos, central para o sucesso das iniciativas vinculadas ao programa. O caderno se encerra com uma seção de conclusão e recomendações de melhoria para o alcance de níveis ótimos de implantação do SIMAP e de execução do PRONASCI.

Em síntese, esses são os temas que compõem o primeiro caderno PRONASCI EM PERSPECTIVA. Em suas edições posteriores novas análises relativas ao andamento do projeto e do diagnóstico serão incorporadas visando ampliar o panorama do programa, que continuamente vem estendendo as suas ações e o seu respectivo número de beneficiários, em especial, pelos dados oriundos de entes federados e das pesquisas de percepções em curso nesse momento. Dessa forma, os cadernos permitirão um acompanhamento mais detalhado do PRONASCI e de seus desafios, permanecendo fiéis à transparência e espírito republicano desse programa. Além disso, é importante ressaltar que o presente caderno foi elaborado pela FGV Projetos, em conjunto com as escolas da FGV, especialmente a Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas (EBAPE).



2 Sobre a metodologia de monitoramento da FGV

A sociedade brasileira tem passado por profundas transformações nos últimos anos. Apesar dos aspectos positivos como estabilidade econômica, maior provimento de bens de cidadania a grupos historicamente deficitários destes, e maior inserção do País no cenário internacional, problemas críticos persistem de maneira desafiadora na agenda nacional. Dentre esses problemas, destacamos: a) aperfeiçoamento do processo político e sua relação com temas como o do orçamento público; b) institucionalização e ampliação dos mecanismos de transparência; e c) balizamento de políticas por métricas de eficiência e eficácia da gestão, formando um grupo de eixos estruturantes vinculados à moderna gestão das políticas públicas. Esses eixos operariam matricialmente com as novas agendas e temas, tais como, por exemplo, o uso e impacto das novas tecnologias; a globalização e processos de concertação e regulação entre nações de sistemas financeiros; o meio ambiente e a biodiversidade; o novo papel do estado no desenvolvimento; empreendedorismo e inovação produtiva, entre outros, agricultura e negócio; imigração; e, por fim, a segurança pública, formando, então, um formidável grupo de desafios de construção de novas estratégias para o Estado brasileiro nesse novo século.

Vinculamos a resposta a esses desafios ao conceito de desenvolvimento institucional, sendo este chave para construção de soluções necessariamente sofisticadas frente a problemas complexos. Esse conceito, já sedimentado na literatura, tem uma crescente atenção da FGV em uma leitura mais contemporânea, pois opera uma perspectiva sinérgica e integradora de saberes e técnicas, em que monitorar e avaliar o gasto, por exemplo, significa investir melhor no que importa e com perspectiva estratégica, e não, necessariamente, gastar menos. Significa, ainda, no processo de construção de uma política, capacitar o servidor e transferir tecnologias que não apenas observam a execução da ação pretendida, mas agregam valor à política em questão, permitindo a produção de externalidades positivas pela capacidade de intervenção e calibragem da política em curtos espaços de tempo. Finalmente, também significa gerar conhecimento acadêmico, de forma a alimentar o processo de aperfeiçoamento das técnicas de gestão, ampliando a eficiência, mas também a eficácia, esta ainda mais importante para políticas de Estado, como gerador de bens públicos.

Pois bem, o conceito central adotado no desenho do projeto de monitoramento e avaliação do PRONASCI encontra-se imbuído da perspectiva contemporânea de desenvolvimento institucional do setor público, qual seja, o conjunto de atividades que devem ser empreendidas visando dotar a instituição de condições para desempenhar suas funções de forma mais eficiente e, principalmente, mais eficaz, gerando capacitação, inovação, transparência, participação e conhecimento de forma a orientar um processo de *institutional building*.

Em outras palavras, a metodologia de trabalho desenhada visa um resultado imediato, mais tangível, mas adicionalmente gerando externalidades positivas, dentro da perspectiva de desenvolvimento institucional, vinculando-o a um processo de agregação de valor ao processo de construção nacional. Entretanto, trabalhamos com uma perspectiva de desenvolvimento institucional mais contemporânea, pela qual métricas múltiplas são componentes fulcrais da política pretendida, acompanhando o seu desenvolvimento por diversos ângulos, sejam quantitativos ou qualitativos, evitando a calibragem da ação pública como ação *ex-post*, mas, ao contrário, *ex-ante*, em um processo contínuo de *policy feedback*.

Adicionalmente, um último ingrediente metodológico deve ser adicionado, observando-se a política dentro de um processo de construção e repactuação de agendas e estratégias, em interação com múltiplos atores, inserida em contextos societais e econômicos, que devem ser considerados em suas peculiaridades. Dentre esses, destacam-se a adequação do modelo de monitoramento e avaliação, conformado ao conceito de desenvolvimento, sob o qual o Estado opera políticas públicas com foco no problema, mas também na promoção social, com alta capilaridade à sociedade civil. Esse modelo, em suas diversas características, tais quais acima elencadas, foi aplicado à proposta do PRONASCI e à estrutura organizacional do Ministério da Justiça.

Como caracterização, o PRONASCI opera uma mudança de paradigma na estrutura do Ministério da Justiça. Essa instituição afeta a articulação com as agendas do congresso e a defesa das propostas e agendas do executivo. Desta forma, o Ministério da Justiça

passa a operar uma agenda de segurança ancorada na idéia do desenvolvimento. Para o Ministro Tarso Genro, idealizador do PRONASCI, as bases indutoras do crime residem não apenas nas disfunções e ineficiências do aparato de segurança pública do Estado, ou, complementarmente, em falhas do sistema penal criminal brasileiro, mas, sobretudo, na constituição de oportunidades e incentivos associados a uma polícia melhor qualificada e gerida, com alta inserção na comunidade. Em síntese, trata-se de aproximar cidadania, justiça e segurança, em um composto, esse sim, capaz de adequadamente coibir um dos fatores mais disruptivos da vida pública brasileira e que joga um papel desconstrutor frente à crescente e positiva tendência de aumento da competição política. Evidentemente, essa percepção deve ser considerada na construção de uma solução, tal como descreveremos a seguir, em especial no seu aspecto federativo, e, portanto, de concertação entre esferas.

Nesse contexto, reportamo-nos a um dos problemas reconhecidos a respeito das instituições de defesa social no Brasil, que é a sua reduzida capacidade de gestão, de planejamento estratégico, e de avaliação das ações empreendidas. Recentemente, mudanças em relação ao padrão vigente estão sendo buscadas, embora tal cultura ainda se situe em espaços reduzidos do sistema. As ações mais relevantes para uma mudança eficaz nesse domínio são a avaliação de efetividade de programas e investimentos e a construção de indicadores de desempenho. Para tanto, a FGV Projetos deu início à definição junto ao Ministério da Justiça de mecanismos de avaliação quantitativa, qualitativa, além de indicadores de desempenho dos programas envolvidos no PRONASCI. Esses mecanismos, agregados, constituem uma estratégia inédita para avaliação de políticas, e serão brevemente sintetizados mais adiante. Observe-se que os insumos desse caderno, e dos que a ele se seguirão, são oriundos justamente desses instrumentos, que inovam justamente por serem conjugados e por operarem a partir de composições de métricas distintas.

Essa nova abordagem se faz imperiosa, pois enquanto no passado a sociedade poderia estar satisfeita em saber onde os recursos estavam sendo aplicados, hoje não é suficiente saber apenas onde os recursos foram aplicados mas também é central a

compreensão dos resultados daqueles recursos. Assim, o foco muda dos insumos da política pública (*inputs*) para a cobrança em relação aos seus produtos e resultados (*outputs e outcomes*), bem como à qualidade destes.

Em outras palavras, uma moderna administração pública busca nos indicadores ferramentas que auxiliem no desenvolvimento das suas atividades. Os indicadores são unidades de medida que permitem “aferir” resultados, impactos, qualidade etc. dos processos e das intervenções (projetos, programas ou políticas) na realidade, e em diferentes pontos no tempo, possibilitando a comparação em aspectos variados da política pública em períodos diversos. Já os índices são conjuntos de indicadores trabalhados para aferir valores a processos ou intervenções. Dentro deste contexto, surge o que se convencionou chamar de modelo analítico de avaliação de políticas públicas (Figura 1).

FIGURA 1

Modelo analítico de monitoramento e avaliação de políticas públicas



Este modelo delimita de forma simples as principais etapas de uma avaliação de políticas públicas, tendo como parâmetro o uso de índices e indicadores para mensurar todas as suas fases. Desta maneira, a metodologia proposta tem duas vertentes, operando a análise técnica, tanto qualitativa quanto quantitativa, dentro de uma abordagem incremental participativa com a equipe do Ministério da Justiça responsável pelo PRONASCI.

A Figura 2 sumariza o objetivo proposto. O conceito é que a análise do contexto de segurança pública no Brasil leve à formulação de indicadores e índices que, além da função de monitoramento e avaliação de políticas, sirvam também para a institucionalização de instrumentos de gestão para as decisões públicas. Os relatórios gerenciais e um conjunto de índices e indicadores afinados com a necessidade dos gestores públicos levarão a um sistemático processo de monitoramento e calibragem das políticas públicas brasileiras na área de segurança pública, justiça criminal e cidadania, o que facilita todo o processo de avaliação das mesmas e sua eficácia, culminando com a avaliação global da política de segurança no Brasil.

FIGURA 2

Sistema de monitoramento e avaliação de políticas públicas de segurança pública



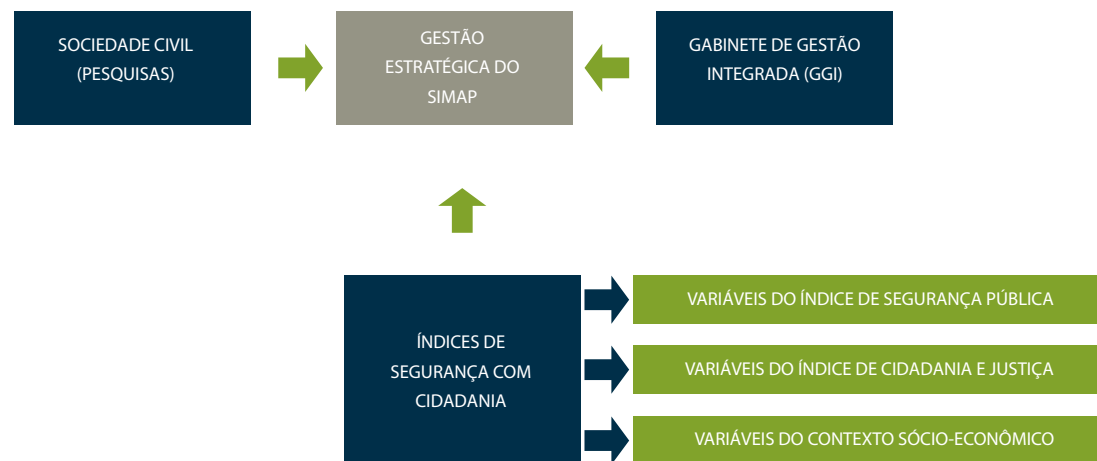
Para a construção objetiva de mecanismos que reflitam essa concepção, constituiu-se um sistema de métricas de gestão denominado SIMAP. O SIMAP é um sistema integrador que consolida informações, de diversas bases de dados, relativas à execução orçamentária e física de convênios, destaques e repasses, que subsidiam o monitoramento e a avaliação do PRONASCI. Além disso, permite um grande controle social, e em rede, da execução e impacto dos projetos. Isso é feito pela agregação aos controles orçamentários financeiros, de instrumentos de análise social, tais como *surveys* e grupos de foco, além da análise pormenorizada dos contextos onde o PRONASCI irá incidir.

Nesse aspecto, ressalta-se, tanto em termos socioeconômicos, mas também em termos do legado histórico das estruturas destinadas a lidar com o problema nas diferentes áreas, com suas respectivas políticas de investimentos e percepção dos operadores locais.

Evidentemente, diferentes contextos são impactados por políticas assemelhadas e, possivelmente, deverão apresentar índices de responsividade diferenciados. Isso, é claro, deverá ser considerado e, comporá ao final insumos ao último elemento do SIMAP, que consubstancia um painel de indicadores que visam não somente avaliar o impacto objetivo do programa, mas também as externalidades produzidas pelas intervenções.

Finalmente, cabe notar que o caráter federativo do PRONASCI implica em incorporar a perspectiva dos GGIs (Gabinetes de Gestão Integrada) sobre o andamento dos projetos, a ambiência política e de segurança para implementação das ações nos territórios da paz. A figura 3 abaixo sintetiza os segmentos elencados.

FIGURA 3
Segmentos sinérgicos do SIMAP

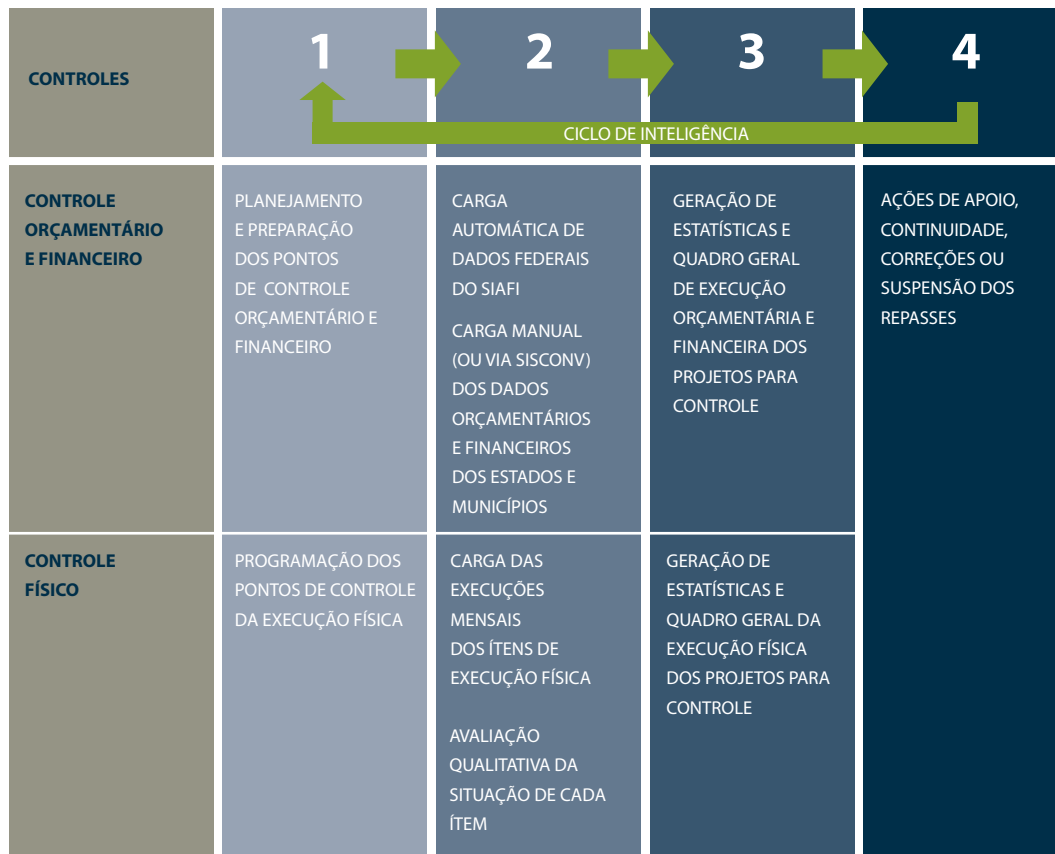


2.1 O SIMAP como choque de inteligência estratégica

O elemento central do SIMAP foi constituído através de uma metodologia de utilização de pontos de controle pela extensão do código orçamentário, permitindo a introdução de até 100 pontos de controle, designados pela estrutura do MJ e reproduzidos na execução em estados e municípios. Estes, relacionados a uma máscara de dados, são instados a fazer um *upload* de dados mensal ou trimestral, de forma a permitir o acompanhamento não apenas do ciclo tradicional de empenho, liquidação, e pagamento na esfera federal, mas também nas esferas estadual e municipal, possibilitando um monitoramento e transparência da execução dos recursos repassados. Esse procedimento se repete para Ministérios e OSCIPs. No caso de Ministérios, os pontos de controle são refletidos no SIGA BRASIL ou SIAFI, de onde o sistema faz um *upload* automático. A figura 4 exemplifica essa metodologia.

FIGURA 4

Metodologia do ciclo de inteligência em controle de performance de políticas



O elemento central de controle nesse ciclo é apresentado na figura 5, na qual se observa a vinculação entre pontos de controle e fluxo de informações. Esse mecanismo é utilizado para acompanhamento orçamentário-financeiro, mas também de forma semelhante para execução física. Isso é feito pela extensão do classificador interno, utilizando não somente o PI (Plano Interno) como também acrescentando-se o que chamamos de PIE (Plano Interno Extendido), esse último composto de seis dígitos dos quais quatro identificam um projeto e dois são pontos alfa numéricos de controle desse projeto específico. Essa construção foi metodologicamente construída pela FGV Projetos sendo integrada pelo SIMAP, conforme será descrito na seção seguinte.

FIGURA 5

Acompanhamento de empenho, liquidação e pagamento por ação PRONASCI, projeto e suas partes



UNIDADE ORÇAMENTÁRIA (UO), FUNÇÃO (F), SUB-FUNÇÃO (SF), PROGRAMA (PT), AÇÃO PPA (A), FONTE DE RECURSOS (FR), NATUREZA DA DESPESA (ND), PLANO INTERNO (PI) E PLANO INTERNO EXTENDIDO (PIE).

Em síntese, o modelo desenvolvido pela FGV Projetos almeja verificar a efetividade dos gastos em segurança pública no país (União e Estados), justiça criminal e cidadania, como um elemento importante para se compreender a dinâmica da alocação de recursos no setor, sua relação com a redução dos índices de violência e a adequação dos instrumentos de gestão financeira das instituições de defesa social. É possível estabelecer um parâmetro de compreensão da eficácia dos investimentos nos elementos citados anteriormente, tendo em vista, também, a questão da transparência. Para isso, diversos instrumentos analíticos são conjugados, tais como a análise dos gastos em segurança, entrevistas em profun-

didade e pesquisas de opinião com populações-alvo dos projetos PRONASCI e grupos de foco, com civis e policiais.

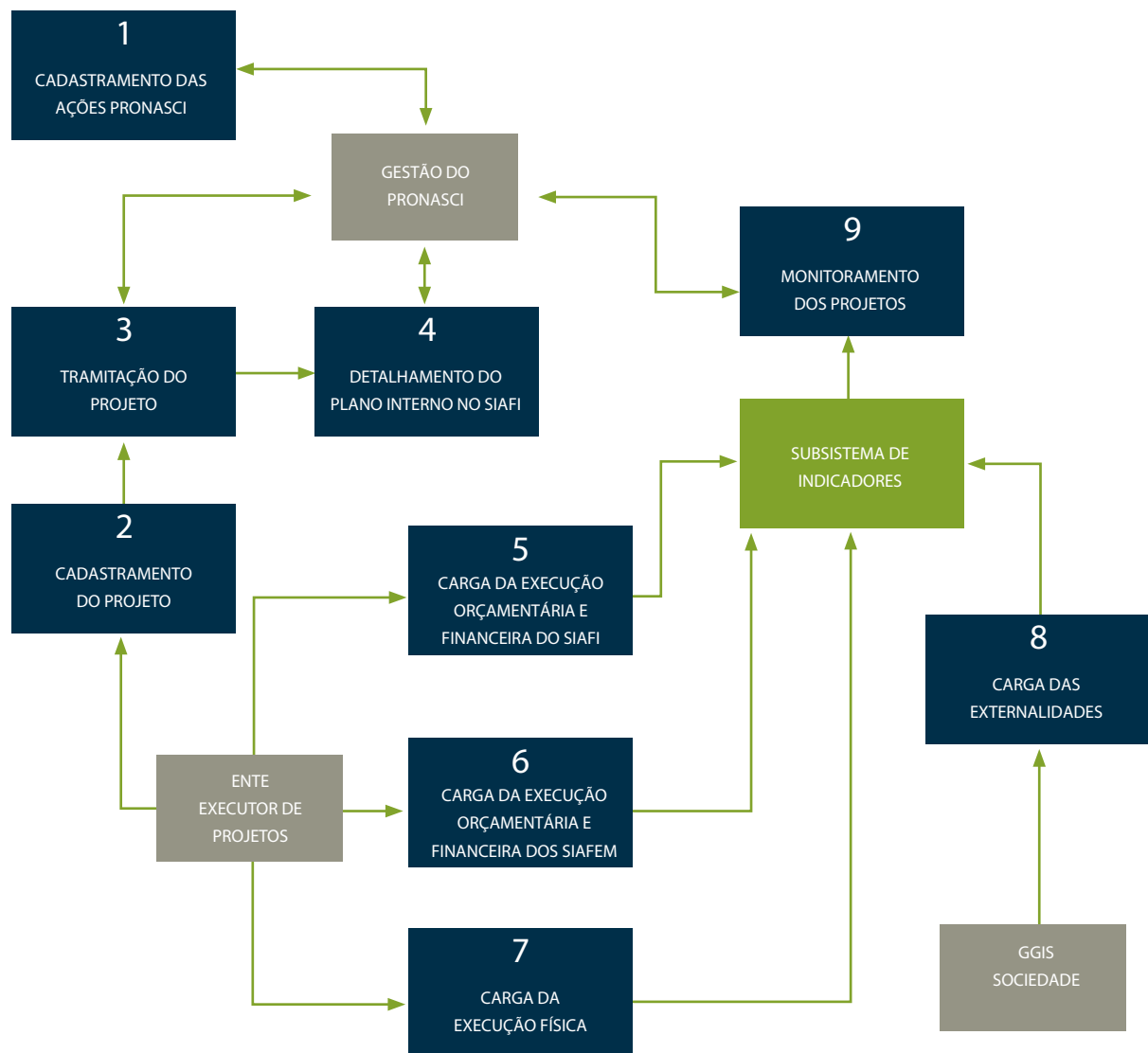
Muito embora inovadora, a metodologia observa um compromisso histórico da instituição, com o aprimoramento do Estado brasileiro e o desenvolvimento nacional. Nesse sentido, a metodologia brevemente apresentada nesse segmento pode servir de insumo para a articulação de políticas federais, ou de outras esferas, que operem de forma descentralizada por uma chave analítica interpretativa da problemática brasileira.

Finalmente, deve ser observado que a solução construída para o MJ, seguindo a própria conceituação de desenvolvimento institucional, observa a transferência para o MJ seja na forma de oficinas, tutorial e farta documentação, visando à capacitação do ente e, ao mesmo tempo, integrando pesquisadores para que insumos daí advindos sejam processados e divulgados em um modelo mais acadêmico, divulgando a experiência e expondo a metodologia e resultados de análises de dados, com a aquiescência do contratante, divulgando e ampliando o repertório conceitual e analítico do campo público.

2.2. O SIMAP como ferramenta integradora de dados

O SIMAP, em termos de sua característica de ferramenta web, é um sistema integrador que consolida informações, de diversas bases de dados, relativas à execução orçamentária, financeira e física de convênios, destaques e repasses, que subsidiam o monitoramento e a avaliação do PRONASCI. Além disso, permite um grande controle social e em rede da execução e impacto dos projetos. O monitoramento de projetos no SIMAP abrange diversas etapas do macrofluxo apresentado na Figura 6.

FIGURA 6
SIMAP: macrofluxo



As etapas destes macrofluxos são:

- 1. Cadastramento das ações PRONASCI** – O Ministério da Justiça cadastra as ações do PRONASCI que norteiam o programa e seus projetos. Estas ações são, posteriormente, relacionadas às propostas de projetos, o que permite avaliar como as ações estão sendo contempladas para execução pelos estados e municípios. Nas ações também são caracterizados os seus orçamentos, por natureza de despesa, o que torna possível a elaboração de um QDD – Quadro de Detalhamento de Despesa – para todo o PRONASCI. Os indicadores físicos, relativos às ações PRONASCI, são definidos no sistema e utilizados pelos projetos relacionados a estas ações.
- 2. Cadastramento do projeto** – Um ente executor de projetos tem os dados básicos da sua proposta (de projeto) cadastrados no SIMAP, pelo Ministério da Justiça. Estes dados permitem o acompanhamento das propostas na tramitação interna de avaliações, pareceres e julgamentos. Nos projetos eleitos para elaboração de convênio são configurados controles orçamentários e financeiros (pontos de controle) e controles físicos (itens de apuração). Projetos podem ser executados em contextos de convênios (com estados e municípios, mas também com OSCIPs – Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – e organismos multilaterais, como por exemplo o PNDU – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), de destaques para outros ministérios, de repasses para entidades, como a Caixa Econômica Federal, ou de execução direta, pelo próprio Ministério da Justiça.
- 3. Tramitação do projeto** – A tramitação tem início na Comissão de Projetos e dali segue para a elaboração de nota técnica em departamentos, secretarias e coordenações do próprio Ministério da Justiça, ou mesmo outros ministérios. Após esta etapa, a Comissão de Projetos encaminha a proposta para o Comitê Gestor do PRONASCI para deliberação. Caso a proposta tenha sido aprovada, ela é encaminhada para a Secretaria Executiva do PRONASCI para a formalização do convênio que, uma vez celebrado, dá origem a um projeto em execução.

- 4. Detalhamento do plano interno no SIAFI** – Caso a proposta de projeto tenha sido aprovada, são definidos pontos de controle orçamentários e financeiros para o projeto, para os quais serão dotados créditos orçamentários. Para que seja garantido o monitoramento destes pontos de controle é necessário que a dotação orçamentária seja identificada de forma única no classificador orçamentário de Plano Interno (PI), nos códigos de células orçamentárias do Ministério da Justiça, permitindo que os diversos projetos aprovados possam ser acompanhados e individualizados.
- 5. Carga da execução orçamentária e financeira do SIAFI** – Os registros contábeis relacionados ao crédito aprovado para os projetos são carregados no SIMAP a partir do SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal. Estes registros têm dados de empenho, pagamento e liquidação realizados pelo Ministério da Justiça para os entes executores de projetos. No caso de repasses para outros ministérios, o SIMAP também acompanha os empenhos, pagamentos e liquidações destes ministérios relativos a projetos PRONASCI. São os pontos de controle que tornam possível o acompanhamento individualizado de projetos, ou de suas partes.
- 6. Carga da execução orçamentária e financeira dos SIAFEM** – Caso o ente federativo conveniente seja da esfera estadual ou municipal, a execução orçamentária do projeto na contabilidade do ente federativo é registrada no respectivo SIAFEM – Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios – e os seus registros contábeis são carregados pelo conveniente no SIMAP. Em tempo de convênio com o Ministério da Justiça, são estabelecidas regras de mapeamento dos códigos de células orçamentárias de cada conveniente com os pontos de controle orçamentários e financeiros dos seus projetos, registrados no SIMAP. É este mapeamento que torna possível acompanhar a execução orçamentária de um projeto nos entes executores (eventos de empenho, pagamento e liquidação) de forma padronizada. Os dados informados na carga da execução são vinculados aos pontos de controle de cada projeto cadastrado no SIMAP, após a tradução dos códigos de células orçamentárias de cada conveniente.

- 7. Carga da execução física** – O conveniente informa a execução física dos seus projetos PRONASCI, as etapas realizadas e os marcos alcançados. Estes dados são comparáveis, no SIMAP, à programação física (metas mensais dos itens de apuração de um projeto). Em complementação ao valor numérico atribuído pelo conveniente a cada item de apuração (quantidade), ele pode registrar um comentário textual, sendo obrigatório atribuir uma situação (estado) ao item de apuração informado: estável (verde), merece atenção (amarelo) e crítico (vermelho). O gestor responsável pelo projeto no Ministério da Justiça pode dar o seu parecer a respeito da situação informada pelo conveniente, confirmando ou modificando este parecer.
- 8. Carga das externalidades** – Os termos utilizados para acompanhamento e cálculo das externalidades dos projetos, que permitem avaliar o impacto dos projetos nas suas respectivas áreas beneficiadas, são alimentados no SIMAP pelos GGIs – Gabinetes de Gestão Integrada – estaduais e municipais. Esta avaliação, de natureza qualitativa, complementa os demais controles existentes em nível de projeto (orçamentário/financeiro e físico) e torna o monitoramento dos projetos mais preciso.
- 9. Monitoramento dos projetos** – a partir dos dados informados ao seu subsistema de indicadores, o SIMAP apresenta o estado da alimentação de dados e do andamento dos projetos do PRONASCI:

 - As fontes de informação do SIMAP são múltiplas e de responsabilidade de vários atores no contexto deste sistema. É de extrema importância o acompanhamento pelo Ministério da Justiça do estado de alimentação de dados, de forma que quaisquer atrasos sejam imediatamente identificados e as devidas ações corretivas encaminhadas. O SIMAP recebe periodicamente informações de sistemas externos (SIAFI – sistema federal que possui dados orçamentários

e financeiros; SISFOR – sistema do Bolsa Formação do Ministério da Justiça; dados de contratos de repasse informados pela Caixa Econômica Federal), convenientes (SIAFEMs – carga de dados orçamentários e financeiros; execução física) e GGIs (cargas das externalidades).

- O andamento dos projetos no SIMAP é apresentado sob três pontos de vista complementares: acompanhamento da execução orçamentária e financeira (que utiliza as configurações de pontos de controle e regras de mapeamento para interpretar os dados oriundos do SIAFI e dos SIAFEMs)¹, acompanhamento da execução física (apresenta o estado dos itens de apuração, comentados, por unidade da federação/projeto ou ação PRONASCI/projeto) e acompanhamento social (impacto dos projetos das áreas beneficiadas).

As etapas 1 a 3 referem-se à definição de ações PRONASCI, propostas e projetos no SIMAP e as etapas 5 a 8 à alimentação de termos para cálculo de indicadores e índices. A etapa 4 é aquela que viabiliza o monitoramento dos projetos por seus indicadores orçamentários e financeiros. O monitoramento propriamente dito é realizado na etapa 9.

1. Observa-se que está em discussão uma integração entre SIMAP e SINCOV. Isso é necessário pois estes sistemas são complementares e a carga dos entes no SIMAP seria facilitada.



3 Sobre o legado da segurança no Brasil

A presente seção² deste relatório aborda o legado estrutural sobre o qual as ações do PRONASCI estão sendo construídas. Esse segmento constitui a primeira parte de três que se seguirão nos próximos cadernos. Dentre os elementos que integram o diagnóstico desenvolvido pela equipe da FGV Projetos, os relatórios de acompanhamento abordarão, em cada mês, tópicos específicos relativos aos dados levantados e sua respectiva análise e interpretação.

O diagnóstico tem por objetivo compreender o estado gerencial das instituições de defesa social nas regiões metropolitanas abrangidas pelo Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI), além da percepção dos atores sociais envolvidos nesse processo. Dessa forma, os próximos *PRONASCI EM PERSPECTIVA* conterão, em suas seções sobre o legado, sínteses relativas aos gastos em segurança e sua distribuição espacial; percepções da população assistida pelo programa, do entorno das suas regiões de implementação e de policiais e demais profissionais de segurança, além dos resultados preliminares dos *surveys* realizados.

Neste momento, apresenta-se uma análise sintetizada das entrevistas realizadas nas 11 regiões metropolitanas previstas originalmente no PRONASCI, que tiveram uma amostra composta por profissionais de segurança pública, gestores das secretarias de segurança dos estados, integrantes do Poder Judiciário e Ministério Público, representantes dos municípios envolvidos no programa, e participantes de organizações da sociedade civil inseridos em projetos voltados para o setor.

Este relatório consolida a análise de uma série de entrevistas semi-estruturadas realizadas até meados de 2008, distribuídas pelas regiões metropolitanas dos 11 estados brasileiros constantes da Proposta de Trabalho: Alagoas (11) Bahia (18), Distrito Federal (09), Espírito Santo (13), Minas Gerais (10), Pará (09), Paraná (09), Pernambuco (13) Rio Grande do Sul (13), Rio de Janeiro (08) e São Paulo (09). Para tanto, foi solicitada às Secretarias Estaduais de Segurança a indicação de profissionais que se enquadrassem nos tipos de sujeito definidos na amostra, ficando também sob sua responsabilidade o agendamento das entrevistas.

2. As opiniões expressas pelos entrevistados são observações pessoais e não representam necessariamente a posição da FGV e do MJ, ou de suas respectivas instituições.

Também foram solicitadas indicações de nomes às Prefeituras Municipais e às Organizações Não-Governamentais (ONGs) com atuação direta ou indiretamente ligada à área de Segurança Pública.

Para cada estado, a FGV Projetos destacou dois pesquisadores, que realizaram nas sedes das próprias Secretarias de Segurança, ou em unidades da Polícia Militar e do Ministério Público, tanto as entrevistas com os gestores de tais instituições quanto aquelas envolvendo representantes indicados pelas Prefeituras Municipais e pelas ONGs. Quando isso não foi possível, a equipe da FGV deslocou-se ao local indicado pelos órgãos, instituições e movimentos sociais.

Com o objetivo de assegurar o melhor registro dos dados, todas as entrevistas foram gravadas e depois transcritas e analisadas, conforme metodologia descrita mais à frente. Deste relatório foram suprimidos os nomes dos entrevistados, os cargos por eles ocupados e todas as demais informações que pudessem levar à sua identificação, de forma a assegurar o anonimato exigido por esse tipo de estudo.

3.1. Amostra da pesquisa

Grande parte dos entrevistados é oriunda de instituições ligadas à área de Segurança Pública, as quais se encontram no cerne do processo de implementação do PRONASCI. Essa parte da amostra compreende policiais civis, militares e gestores ligados à área de segurança, mas também foram realizadas entrevistas com representantes da sociedade civil que atuam em diversos movimentos sociais.

Vale destacar que a amostra de entrevistados representa exemplarmente a diversidade de profissionais em atuação no PRONASCI, uma vez que abrange, dentre outros, oficiais superiores da Polícia Civil e da Polícia Militar, coordenadores do PRONASCI nos estados visitados, Promotores de Justiça, gerentes de Tecnologia da Informação, gestores e representantes da Secretaria de Segurança (ou os próprios secretários) e da sociedade civil.

3.2. Metodologia

A primeira questão a ser destacada na metodologia adotada para a pesquisa é a opção pela análise qualitativa. Isso se deve ao fato de o estudo estar voltado para a mensuração de percepções, as quais são influenciadas por uma série de fatores intangíveis de difícil mensuração por intermédio de *surveys*, como a experiência pessoal do entrevistado e a sua forma particular de ver a Segurança Pública. Ou seja, a pesquisa qualitativa permite explicar certas singularidades para as quais a generalização estatística não se mostra o método mais adequado.

As entrevistas realizadas buscaram captar as nuances discursivas dos entrevistados, de forma a explorar amplamente a complexidade que envolve o tema da segurança e suas diferentes implicações para um programa como o PRONASCI. As entrevistas se deram segundo um roteiro previamente estabelecido, considerando-se seis principais eixos temáticos:

1. As avaliações desses atores sobre as principais questões do campo da Segurança Pública;
2. As percepções sobre a gestão na área de Segurança Pública e sobre sua democratização;
3. A integração dos níveis municipal, estadual e federal no tocante às decisões inseridas no campo da Segurança Pública;
4. O uso de recursos associados às tecnologias da informação e as implicações de tais recursos para a atuação desses profissionais;
5. A elaboração, aprovação e execução do orçamento na área de Segurança Pública; e
6. As percepções e avaliações dos atores sobre o PRONASCI.

As entrevistas foram conduzidas a partir de um roteiro previamente elaborado, estruturado nas 15 perguntas apresentadas a seguir:

1. Como o(a) Sr(a). avalia o quadro da Segurança Pública no seu estado?
2. Quais são os problemas comuns às administrações passadas no campo da Segurança Pública?
3. Como o(a) Sr(a). avalia os instrumentos de gestão das instituições ligadas à Segurança Pública em seu estado (polícias, sistema prisional e judiciário)?
4. De que maneira se estrutura a relação entre a União, o Estado, o Município e a sociedade civil no tocante à Segurança Pública?
5. Quais são os requisitos, em sua opinião, para a construção de uma política de Segurança Pública baseada nos conceitos de cidadania e justiça?
6. Como o(a) Sr(a). avalia a utilização das Tecnologias da Informação na gestão da Segurança Pública em seu estado?
7. As instituições de segurança utilizam instrumentos tecnológicos para mapear a incidência de crimes segundo a sua base territorial, como o georreferenciamento?
8. As informações obtidas por meio de base tecnológica são incorporadas ao processo de decisão estratégica e operacional das instituições de segurança em seu estado?
9. Com relação à aplicação de recursos na área de segurança, quais são os principais problemas enfrentados na elaboração, aprovação e execução do orçamento em seu estado?
10. As instituições de segurança em seu estado trabalham com o conceito de centro de custos para organizar os seus recursos?

11. Qual é o seu nível de conhecimento a respeito do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI), bem como de suas prioridades?
12. Dentre as prioridades estabelecidas pelo programa, quais têm maior possibilidade de implementação, em sua opinião?
13. Quais são os fatores que favorecem ou desfavorecem a cooperação entre os três entes federativos na implementação das ações do PRONASCI?
14. Como o(a) Sr(a). avalia o nível de capacitação dos profissionais de Segurança Pública para lidar com as demandas da sociedade?
15. Quais são os maiores desafios da Segurança Pública em seu estado?

3.3. Tratamento dos dados

Para a análise das entrevistas, optou-se pela técnica de análise de conteúdo, a qual nos possibilita “conhecer aquilo que está por trás das palavras” sobre as quais nos debruçamos. Nesse tipo de técnica, os dados coletados são analisados de acordo com categorias preestabelecidas, ou não, dependendo do tipo de grade com que se opta por trabalhar e da unidade de análise estabelecida pelo pesquisador (parágrafo, frase, expressão ou palavra). Após a categorização do material e de sua inserção na grade, procede-se à análise, sistematizando os temas mais recorrentes na fala dos entrevistados.

3.4. Categorização das entrevistas

Após a realização das entrevistas, procedeu-se à categorização do material empírico, resultante da observação dos temas e percepções que aparecem de forma recorrente ou majoritária na fala dos participantes, o que não significa que sejam comuns a todos eles. Neste estudo, utilizou-se o critério semântico de categorização, que nos permite agrupar, sob o guarda-chuva de um mesmo tema, elementos afins encontrados em diferentes entrevistas. Ao final, sete categorias foram estabelecidas para classificar o discurso dos gestores, profissionais e representantes da sociedade civil, conforme detalhado a seguir:

- **Categoria A:** A ausência de definição sobre uma “polícia eficaz” e a necessidade de fortalecimento institucional;
- **Categoria B:** Sentimentos de desestímulo e de desqualificação dos profissionais de Segurança Pública;
- **Categoria C:** A integração limitada entre instituições de segurança e a precariedade dos mecanismos de avaliação;
- **Categoria D:** A interação escassa entre a Polícia e a sociedade;
- **Categoria E:** Percepções da qualidade do investimento em segurança e o papel dos governos municipal, estadual e federal;
- **Categoria F:** Estágio embrionário ou desigualdades na utilização das Tecnologias da Informação; e
- **Categoria G:** O conhecimento limitado a respeito do PRONASCI.

Como unidade de análise, foram escolhidos alguns trechos significativos das entrevistas¹, nos quais se buscou os elementos de cada categoria e a sua interpretação, segundo os parâmetros estabelecidos originalmente para o trabalho. Por fim, os dados coletados e categorizados foram interpretados por meio de procedimentos qualitativos.

3.5. Síntese da análise de entrevistas

Esta seção apresenta a síntese da análise das entrevistas realizadas nos estados selecionados. Os aspectos principais são ressaltados aqui de forma resumida, mas uma análise mais detalhada do conteúdo encontra-se no relatório consolidado. A síntese funciona como um resumo executivo do conteúdo trabalhado na última seção.

Categoria A: A ausência de definição sobre uma “Polícia eficaz” e a necessidade de fortalecimento institucional.

Quando se encontram em situação de definir o quadro geral de Segurança Pública, os entrevistados avaliam-no como “grave”, “preocupante” ou “caótico”, mas tendem a evitar considerações mais particularizadas sobre as raízes do problema. Quase que sistematicamente, fazem referências a “problemas sociais”, relacionando-os com os temas da “violência urbana”, “da pobreza” e do “crime violento”, além de minimizarem o papel das instituições locais, estaduais e federais ligadas à área de Segurança Pública no agravamento desse quadro. Parecem evitar, por exemplo, considerações mais profundas sobre como a atuação das corporações policiais participa da construção do problema no País e em seus estados e municípios.

Como muitos desses atores são profissionais de órgãos de Segurança Pública, os resultados apontam para uma constante desconsideração de seus problemas institucionais que participam da construção do quadro de Segurança Pública nos estados estudados. Essa forma de se esquivar dos problemas institucionais torna-se perceptível quando os entrevistados associam o tema da violência e do crime ao da pobreza urbana, sem, porém, mencionar tensões ou outros fatores institucionais que participam desse quadro geral – corrupção e violência policial, por exemplo.

É amplamente reconhecido que questões como pobreza e desigualdade contribuem para o agravamento do quadro da Segurança Pública no País, devendo, portanto, ser combatidos por meio de políticas governamentais. Contudo, mostra-se preocupante a quase omissão de problemas específicos referentes à prática policial ou ao necessário fortalecimento institucional dos órgãos que atuam na área, dado que possíveis deficiências na atuação dos profissionais desses órgãos passam a ser vistas como meras conseqüências indiretas da pobreza. Ou seja, os agentes evitam refletir sobre as práticas policiais e sua eficácia.

Isso leva, portanto, ao seguinte questionamento: o que é uma polícia eficaz? Os entrevistados parecem não dispor de parâmetros claros sobre quais seriam as práticas mais adequadas aos desafios enfrentados pela sociedade na área de Segurança Pública, associando os problemas que emergem diariamente a questões macroestruturais. Mostram-se raras, por exemplo, as referências a informações estatísticas constantes de relatórios institucionais como suporte à análise crítica do tema.

Nas raras referências ao que seria uma polícia eficaz, os entrevistados normalmente remetem ao problema da diminuição do efetivo nas polícias Militar e Civil. Nessas análises, é o número insuficiente de policiais, somado à carência de investimentos, que inviabiliza uma ação mais efetiva das instituições. Na abordagem do tema, também tendem a reduzir a idéia de eficácia a medidas mais ostensivas de repressão à criminalidade.

CATEGORIA A: A AUSÊNCIA DE DEFINIÇÃO SOBRE UMA “POLÍCIA EFICAZ” E A NECESSIDADE DE FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL.

ALAGOAS

AL07: “É A DESAGREGAÇÃO FAMILIAR QUE... QUE LEVA A AUMENTAR ESSES ÍNDICES DE VIOLÊNCIA. O JOVEM HOJE NÃO TEM PERSPECTIVA, O PAI ÀS VEZES É ALCOÓLATRA, AÍ VÊ AO LADO ÀS VEZES A IRMÃ MENOR DE IDADE JÁ SE PROSTITUIU. ENFIM, ESSA DESAGREGAÇÃO FAMILIAR QUE GERA A....A....A... E JUSTAMENTE A FALTA DESSE... DESSAS POLÍTICAS PÚBLICAS E.... E VAI AUMENTAR AINDA MAIS ESSE TRABALHO”

BAHIA

BA01: “MAS, NA VERDADE, O PROBLEMA TAVA LÁ DA MESMA FORMA QUE ESTÁ NO RIO DE JANEIRO. A FALTA DE SANEAMENTO, A FALTA DE ESCOLA, A FALTA DE POSTO...”

BA14: “A GENTE ACHA QUE ESTÁ CRIMINALIZANDO A POBREZA, MAS NÃO É. ALGUMAS REGIÕES MAIS POBRES SÃO MAIS VIOLENTAS PORQUE HÁ AUSÊNCIA DO ESTADO, FALTA POLICIAMENTO, FALTA VIATURA, FALTA ESCOLA, FALTA PRAÇA PÚBLICA, FALTA SANEAMENTO, FALTA ILUMINAÇÃO. SÃO REGIÕES ABANDONADAS PELO ESTADO”

PARANÁ

PR01: “(...) NÓS TEMOS QUE PENSAR A SEGURANÇA PÚBLICA EM DOIS BRAÇOS PRINCIPAIS: O BRAÇO DA REPRESSÃO E O BRAÇO DA PREVENÇÃO. COLOCO NESSA ORDEM PORQUE A SITUAÇÃO QUE ESTÁ AÍ HOJE EXIGE UMA REPRESSÃO DIÁRIA. NÃO HÁ COMO VOCÊ ABRIR MÃO DESSA REPRESSÃO NESSE MOMENTO DA NOSSA EVOLUÇÃO, PRINCIPALMENTE AO CRIME ORGANIZADO QUE, DIGA SE DE PASSAGEM, ORGANIZOU-SE DEMAIS (...)”

RIO GRANDE DO SUL

RS08: “PARA MIM, SEGURANÇA NÃO É SÓ COMBATE AO CRIME, E SIM, UMA QUALIDADE DE VIDA, PODER DESENVOLVER DIREITOS E GARANTIAS. E ACHO QUE NÃO SE TEM SEGURANÇA”

SÃO PAULO

SP06: “PROBLEMAS DE ORDEM ESTRUTURAL... EU NÃO VEJO ASSIM COMO PROBLEMA DE ORDEM ESTRUTURAL. NÓS TÍNHAMOS UM PROBLEMA DE ORDEM ESTRUTURAL HÁ TEMPOS ATRÁS, QUANDO NÓS NÃO TÍNHAMOS OS PROGRAMAS DE POLICIAMENTO. HOJE, A POLÍCIA DE SÃO PAULO, ELA TRABALHA COM PROGRAMAS DE POLICIAMENTO. CADA POLICIAL SABE EM QUE PROGRAMA ELE ESTÁ E COMO ELE ESTÁ FAZENDO AQUELE PROGRAMA. ENTÃO, EM TERMOS DE ESTRUTURA DA PM, EU ACHO QUE NÓS NÃO TEMOS PROBLEMA ESTRUTURAL. NÓS PODEMOS TER ALGUNS PROBLEMAS FOCADOS EM ALGUNS PONTOS, MAS DE ESTRUTURA, NA MINHA AVALIAÇÃO, EU NÃO VEJO NÃO”

Categoria B: Sentimentos de desestímulo e de desqualificação dos profissionais de Segurança Pública.

A temática relacionada com as instituições policiais surge particularmente nas entrevistas com profissionais das Polícias Civil e Militar. Porém, não se observa uma reflexão sobre o papel dessas instituições na área de Segurança Pública. Em quase todos os casos, os policiais fazem referências a um sentimento de desestímulo e de desvalorização de suas profissões, que são relacionadas a problemas salariais ou, ainda, à falta de oportunidade de ascensão profissional nessas corporações.

Tais percepções são mais freqüentes dentre os profissionais da Polícia Civil (em relação à Polícia Militar) e ganham evidência principalmente no estado da Bahia. Nas entrevistas realizadas no Rio Grande do Sul, por exemplo, esses problemas foram menos mencionados do que na Bahia ou em Pernambuco. Porém, mesmo no Rio Grande do Sul, os entrevistados apontaram falhas estruturais e obstáculos “culturais” nas instituições policiais, os quais dificultam a atividade cotidiana dos seus profissionais, contribuindo, também, para que estes sejam desqualificados.

CATEGORIA B: SENTIMENTOS DE DESESTÍMULO E DE DESQUALIFICAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE SEGURANÇA PÚBLICA.

ALAGOAS	AL08: "ENTÃO, INFELIZMENTE, AO LONGO DOS ANOS NÓS TEMOS SOFRIDO COM A POLÍTICA DO REPASSE, ONDE AS INSTITUIÇÕES... EU FAÇO PARTE DA POLÍCIA MILITAR E NÓS SENTIMOS NA PELE, PORQUE LÁ A GENTE SÓ TINHA PRATICAMENTE VERBA DE CUSTEIO. ENTÃO, O INVESTIMENTO NA SEGURANÇA EM SI PARA A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, PARA A VALORIZAÇÃO DO HOMEM ATRAVÉS DE CURSOS E OUTRAS METAS, ISSO AÍ FOI RELEGADO AO LONGO DOS ANOS A SEGUNDO PLANO..."
BAHIA	BA02: "A POLÍCIA CIVIL ESTÁ MUITO DESMOTIVADA, BAIXA AUTO-ESTIMA, BAIXÍSSIMOS SALÁRIOS. SÃO OS SALÁRIOS MAIS BAIXOS DE TODO O BRASIL..." BA04: "ENTÃO, A QUESTÃO SALARIAL SEMPRE FOI UMA BARREIRA MUITO GRANDE. OU O PESSOAL SE OMITE OU O PESSOAL BUSCA COMPLEMENTAR O SALÁRIO COM ATIVIDADE PARALELA NEM SEMPRE ASSOCIADA À ATIVIDADE QUE ELE DESENVOLVE"
PERNAMBUCO	PE10: "NÃO TÍNHAMOS SEDE PRÓPRIA. ENTÃO É TODO UM INVESTIMENTO QUE ESTÁ SE FAZENDO. INVESTIMENTO INCLUSIVE NO POLICIAL MILITAR, NO HOMEM, PARA QUE A AUTO-ESTIMA DELE AUMENTE, PARA QUE A GENTE CONSIGA AUMENTAR A AUTO-ESTIMA DO HOMEM"
RIO DE JANEIRO	RJ02: "É. A GENTE CONTINUA REMUNERANDO MUITO MAL A NOSSA POLÍCIA E É... EU NÃO SEI HÁ QUANTO TEMPO QUE ISSO VEM, MAS EU IMAGINO QUE NÃO SEJA DE POUCO TEMPO; A GENTE CONTINUA COM UM EFETIVO BASTANTE REDUZIDO FRENTE ÀS NECESSIDADES NOSSAS E, CONSEQÜENTEMENTE, A GENTE NÃO CONSEGUE TER UMA OSTENSIVIDADE E UMA MAIOR EFETIVIDADE NO [] DOS CRIMES"

Categoria C: A integração limitada entre as Instituições de segurança e a precariedade dos mecanismos de avaliação.

Mostrou-se bastante variável de um estado para outro a percepção acerca da interação entre as instituições de Segurança Pública nos âmbitos municipal, estadual e federal. No Rio Grande do Sul, por exemplo, os entrevistados têm uma percepção muito mais negativa dessa relação do que no Paraná. Mas as discrepâncias verificam-se principalmente em relação ao grau de distanciamento, sendo possível observar que a maioria dos participantes do estudo identifica uma fragilidade nessa articulação. A percepção mais marcante é de que as instituições municipais encontram-se particularmente distanciadas daquelas integrantes dos outros dois níveis de governo.

É importante destacar que parece haver um conhecimento turvo quanto às formas e aos recursos disponíveis para a integração entre as instituições de segurança nos três níveis de governo. A maioria dos entrevistados parece não ter clareza quanto às possibilidades de ações articuladas, o que pode dificultar a aplicação de determinadas políticas públicas no âmbito local.

Muitos entrevistados destacaram uma integração positiva entre as polícias militar e civil dentro dos estados, mas uma desconexão entre essas e as instituições federais da área de Segurança Pública. Não há, contudo, uma posição consensual quanto à solidez das relações entre as duas polícias, as quais parecem ser estabelecidas apenas de forma pontual e limitada a circunstâncias especiais.

CATEGORIA C: A INTEGRAÇÃO LIMITADA ENTRE AS INSTITUIÇÕES DE SEGURANÇA E A PRECARIIDADE DOS MECANISMOS DE AVALIAÇÃO.

ESPIRITO SANTO ES06: "...EU ENTENDO QUE ESSE RELACIONAMENTO, ELE ESTÁ MUITO DESORGANIZADO, PORQUE É CLARO QUE O INTERESSE DE TODOS ESSES ORGANISMOS É VOCÊ FORTALECER AS AÇÕES DE SEGURANÇA E VOCÊ TER O CONTROLE DA VIOLÊNCIA, OK? SÓ QUE ESSES ORGANISMOS, NO ÂMBITO FEDERAL, ESTADUAL E MUNICIPAL, NÃO HÁ UMA LINHA ÚNICA DE TRABALHO. HOJE, EU ENTENDO QUE ESSAS QUESTÕES DE SEGURANÇA, ELAS SÃO QUESTÕES DE UM CUNHO MUITO MUNICIPAL. PORQUE O MUNICÍPIO ELE TEM AS SUAS PECULIARIDADES ...A IMPRESSÃO QUE ME DÁ É QUE NESSE PROCESSO - MUNICÍPIO, ESTADO E UNIÃO - NÃO HÁ UMA INTERLOCUÇÃO MUITO CLARA".

PARÁ PA03: "A INTEGRAÇÃO É BOA. EU SÓ NÃO DIRIA QUE ELA É TÃO EFICAZ COM RELAÇÃO AOS MUNICÍPIOS QUE, COMO A CONSTITUIÇÃO FEDERAL DIZ, QUE É DEVER DO ESTADO E RESPONSABILIDADE DE TODOS A SEGURANÇA PÚBLICA, OS MUNICÍPIOS, EU OS VEJO MUITO ACANHADOS AINDA, MUITO TÍMIDOS".

RIO GRANDE DO SUL RS11: "[A INTEGRAÇÃO SE DÁ] DE MANEIRA FRÁGIL. ESSA INTEGRAÇÃO, ELA SURGE NA CONSTITUIÇÃO, MAS ELA É DIFICULTADA NA PRÁTICA, NO DIA-A-DIA, POR VÁRIOS MOTIVOS: CULTURAIS, PELO TECNICISMO DOS BUROCRATAS EM DIZER QUE ESSA É A MINHA MISSÃO, A MISSÃO CONSTITUCIONAL É MINHA, ESSA MISSÃO NÃO É TUA".

SÃO PAULO SP06: "O QUE EU TENHO, UMA CRÍTICA FERRENHA A FAZER, É QUE HOUVE UM ESQUECIMENTO DO PRINCÍPIO DO PACTO FEDERATIVO. HÁ UMA NÍTIDA – ISSO EU FALO COMO PROMOTOR – HÁ UMA NÍTIDA INTROMISSÃO, SEM DIÁLOGO COM RELAÇÃO ÀS POLÍTICAS. CADA ÓRGÃO TRABALHA SOZINHO. A POLÍCIA FEDERAL NÃO DIVIDE, O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL NÃO DIVIDE, A POLÍCIA MILITAR NÃO DIVIDE. ENFIM, PORQUE NÃO EXISTE ARTÍFICE, NÃO EXISTE UM FIO CONDUTOR. NÃO TEM UM RAIOS-X DO PROBLEMA, DAS CAUSAS E DO MÉTODO PRA ENFRENTAR E DE PROCEDIMENTOS E DE METAS. NÃO TEM".

Categoria D: A interação escassa entre a polícia e a sociedade.

Em todos os estados, as entrevistas sugerem uma escassez de conexões substantivas entre as instituições de Segurança Pública e a sociedade civil, embora vários entrevistados façam referências ao tema. Iniciativas como a criação de Conselhos Comunitários de Segurança Pública (CCS) podem ser apontadas como mecanismos que possibilitam a reversão de tal quadro, a exemplo do que se observa em São Paulo, mas eles ainda não aparecem como dispositivos de aproximação entre as polícias e a comunidade. Em muitos estados, representantes de instituições de Segurança Pública manifestaram tendência a minimizar o papel desses Conselhos.

Não há consenso quanto às causas do distanciamento, ora associadas ao despreparo dos policiais para lidar com a sociedade; ora ao seu treinamento, muito voltado para a repressão, mas também a problemas diversos como deficiência no fornecimento de informações à sociedade, medo do cidadão de se envolver em ações de Segurança Pública e escassez do policiamento a pé. Porém, aparecem de forma freqüente nas falas dos entrevistados, sejam eles policiais, coordenadores do PRONASCI ou representantes da sociedade civil, referências à imagem negativa do policial como fator central para a dificuldade de interação.

É importante ressaltar que essa percepção negativa emerge principalmente na fala dos representantes da sociedade civil. O estudo sugere, portanto, que a prática de ações conjuntas e a cooperação para a implementação de políticas públicas demandem iniciativas voltadas para a diluição do sentimento de desconfiança que a sociedade parece nutrir em relação às instituições policiais. Entre os entrevistados oriundos de tais instituições, percebe-se uma tendência de relacionar o problema a condutas “desviantes” de alguns profissionais. Ou seja, a desconfiança teria como origem o comportamento inadequado de uns poucos maus policiais, muitas vezes justificado pelos baixos salários ou pelas condições de trabalho precárias.

CATEGORIA D: A INTERAÇÃO ESCASSA ENTRE A POLÍCIA E A SOCIEDADE.

ALAGOAS	<p>AL02: "A POPULAÇÃO... ELA PRECISA TAMBÉM CUMPRIR MAIS O SEU PAPEL DE CIDADÃ, E A GENTE SABE QUE É DIFÍCIL, É COMPLICADO SER TESTEMUNHA, É COMPLICADO DENUNCIAR. O MEDO AINDA EXISTE, MAS É PRECISO QUE A GENTE DEMONSTRE UMA POLÍCIA FORTE, UMA POLÍCIA QUE DÊ O RESPALDO, DÊ A RESPOSTA RÁPIDO, UMA PRONTA-RESPOSTA PARA QUE A GENTE CONSIGA INCUTIR NA POPULAÇÃO, À QUAL A SEGURANÇA É DIRIGIDA, UMA MAIOR CONFIABILIDADE, PARA QUE ELA CONSIGA SE SENTIR À VONTADE PARA PARTICIPAR MAIS ATIVAMENTE DO PROCESSO DE SEGURANÇA."</p> <p>AL11: "HOJE EM DIA, AQUI EM ALAGOAS, A POPULAÇÃO TEM MAIS MEDO DE POLÍCIA DO QUE DE BANDIDO, PELA TRUCULÊNCIA DA POLÍCIA. E ISSO AÍ NÃO É UMA POLÍCIA CIDADÃ, NÃO É UMA SEGURANÇA PÚBLICA DE CIDADANIA. ENTÃO, NÓS TEMOS QUE PARTIR PARA ISSO... UMA POLÍCIA QUE... QUE ESTEJA PREPARADA PARA ENTRAR EM CONTATO COM A SOCIEDADE E ATENDER AOS PLEITOS DESSA SOCIEDADE. EU NÃO FALO AGORA NA POLÍCIA OSTENSIVA, UMA POLÍCIA CIDADÃ, UMA POLÍCIA QUE CUMPRE O SEU PAPEL..."</p>
DISTRITO FEDERAL	<p>DF05: "OUTRA COISA QUE DIFICULTA MUITO, QUE A GENTE SENTE TAMBÉM, É A RESISTÊNCIA AO POLICIAMENTO A PÉ, OU DE BICICLETA, QUE É UM POLICIAMENTO REALMENTE QUE PERMITE UMA INTERAÇÃO COM A COMUNIDADE, QUE SERIA O CARÁTER COMUNITÁRIO."</p>
PERNAMBUCO	<p>PE07: "EU ACHO QUE A FALTA DE CAPACITAÇÃO DA PRÓPRIA POLÍCIA. DAS PRÓPRIAS PESSOAS RESPONSÁVEIS PELA PROTEÇÃO À COMUNIDADE, À SOCIEDADE. HÁ UM DESPREPARO, UMA FALTA DE CONHECIMENTO DO QUE É UM TRABALHO SOCIAL. HÁ UM DESCONHECIMENTO DO PERFIL DOS JOVENS POBRES, DESSAS CRIANÇAS, DESSAS FAMÍLIAS. ELES NÃO TÊM UMA VISÃO SOCIAL DO COMPORTAMENTO DOS JOVENS QUE, POR EXEMPLO, SE ENVOLVEM NUMA DROGA. NÃO HÁ UMA PREOCUPAÇÃO: O JOVEM SE ENVOLVE POR QUÊ?"</p>
SÃO PAULO	<p>SP09: "NA ACADEMIA DE POLÍCIA, ELES SÃO TREINADOS PARA SER UMA AGÊNCIA DE COMBATE AO CRIME, PRINCIPALMENTE AO CRIME GRAVE, VIOLENTO, ENQUANTO A DEMANDA POR PARTE DA SOCIEDADE, ÀS VEZES, É POR COISA BEM MAIS SIMPLES. A POPULAÇÃO, EM GERAL, ESTÁ MUITO MAIS PREOCUPADA COM AS PEQUENAS CONTRAVENÇÕES, COM QUESTÕES DE QUALIDADE DE VIDA, COM QUESTÕES DE LIMPEZA, COM QUESTÕES DE DEGRADAÇÃO URBANA, COM QUESTÕES DE ORDEM? ENTÃO, EU ACHO QUE ISSO É UM DESCOMPASSO."</p>

Categoria E: Percepções sobre a qualidade do investimento em segurança e o papel dos governos municipal, estadual e federal.

De modo geral, os participantes do estudo mostraram ter pouca informação sobre a distribuição e aplicação dos recursos financeiros na área de Segurança Pública. As respostas sobre o tema mostram-se imprecisas e evasivas, com muitos entrevistados manifestando desconhecimento acerca, até mesmo, do orçamento da própria instituição na qual atuam e dificuldades em relacionar esse orçamento com a centralização dos recursos financeiros.

O desconhecimento acerca de como se dá a administração desses recursos tornou-se nítido quando eles foram indagados sobre a adoção, ou não, por suas instituições, do conceito de “centro de custos”. Essa técnica, incorporada aos princípios modernos de gerência, leva cada unidade a ser tratada como um centro autônomo, que gere o próprio orçamento, controlando minuciosamente todos os seus gastos e investimentos. Muitos disseram claramente não saber responder e outros apontaram uma autonomia financeira que, na prática, não existe. A falta de informações sobre como se dá a administração e distribuição dos recursos financeiros direcionados à área dificulta uma análise mais consistente da qualidade do gasto realizado em Segurança Pública.

Quanto ao papel dos três níveis de governo na gestão das políticas de Segurança Pública, os entrevistados estão cientes do que diz a Constituição, mas manifestam um entendimento de que iniciativas envolvendo a área encontram-se demasiadamente concentradas nas mãos dos estados. Parece haver um amplo entendimento de que deve ser ampliado o espaço tanto dos municípios quanto da União nessas políticas, a fim de que as iniciativas se mostrem mais eficazes e contemplem particularidades locais.

CATEGORIA E: PERCEPÇÕES SOBRE A QUALIDADE DO INVESTIMENTO EM SEGURANÇA E O PAPEL DOS GOVERNOS MUNICIPAL, ESTADUAL E FEDERAL.

BAHIA

BA02: "AS INSTITUIÇÕES TÊM O SEU PRÓPRIO ORÇAMENTO. A SECRETARIA DE SEGURANÇA TEM SEU PRÓPRIO ORÇAMENTO, A POLÍCIA MILITAR, A POLÍCIA CIVIL E A INTELIGÊNCIA DA POLÍCIA TÊM O SEU PRÓPRIO ORÇAMENTO. SÃO TODAS AS UNIDADES GESTORAS E PODEM APLICAR, PERDÃO, APLICAM ESSES RECURSOS. NÃO SÃO, ASSIM, RECURSOS ABUNDANTES, MAS SÃO APLICADOS DENTRO DA METODOLOGIA DO PRÓPRIO GOVERNO, DIRECIONADO PELA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO."

BA12: "EU ACHO QUE A UNIÃO, ELA PRECISA SE APROXIMAR MAIS DOS ESTADOS E DOS MUNICÍPIOS. ACHO QUE, INFELIZMENTE, A QUESTÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA FICA MUITO.... OS ESTADOS AGINDO SOZINHOS."

ESPÍRITO SANTO

ES06: "TODAS AS QUESTÕES DE SEGURANÇA SÃO UMA COMPETÊNCIA LEGAL DO ESTADO, MAS HOJE HÁ UMA NECESSIDADE DE O MUNICÍPIO TER UMA PARTICIPAÇÃO MAIOR. A UNIÃO... COM ESSAS AÇÕES CENTRALIZADAS NA UNIÃO FICA MUITO DIFÍCIL DA UNIÃO CONHECER AS NECESSIDADES E AS PECULIARIDADES DO MUNICÍPIO..."

ES07: EU PENSO QUE A SEGURANÇA, QUE A GENTE TRABALHA NESSA QUESTÃO DE SEGURANÇA CIDADÃ, É VOCÊ TRABALHAR COM AS QUESTÕES PREVENTIVAS. E, PREVENTIVAMENTE, AÍ EU ACHO QUE É PAPEL DO MUNICÍPIO ESTAR TRABALHANDO."

RIO GRANDE DO SUL

RS08: "NÓS TEMOS ALGUNS SETORES ESPECÍFICOS NO ESTADO E NA SECRETARIA DE SEGURANÇA QUE TRABALHAM BASICAMENTE COM... COM A QUESTÃO DE CENTRO DE CUSTOS. ENTÃO, TUDO PASSA COMO UMA COMPRA NOVA, ALGUMA COISA DE INVESTIMENTO PASSA POR AQUELE SETOR, PASSA POR UMA AVALIAÇÃO DAQUELE SETOR"

Categoria F: Estágio embrionário ou desigualdades na utilização das Tecnologias da Informação.

Em todos os estados visitados para a pesquisa, verifica-se um amplo entusiasmo com o crescente uso das Tecnologias de Informação na administração da Segurança Pública. Há um entendimento generalizado de que as TIs consistem em ferramentas fundamentais para a modernização das instituições e das políticas públicas direcionadas ao setor. Porém, embora as entrevistas indiquem que em todo o País vêm ocorrendo avanços no emprego de tais tecnologias, muitos participantes frisaram que estas se encontram ainda em estágio embrionário ou rudimentar. Registram-se diversas avaliações de que as instituições ainda não detêm tecnologia suficiente para realmente gerar dados e informações capazes de subsidiar o trabalho das instituições.

CATEGORIA F: ESTÁGIO EMBRIONÁRIO OU DESIGUALDADES NA UTILIZAÇÃO DAS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO.

DISTRITO FEDERAL	DF04: "BOM, PARECE CONTRADITÓRIO, MAS BRASÍLIA É... APESAR DE TER OS POLICIAIS BEM QUALIFICADOS, A BOA REMUNERAÇÃO, POLICIAIS MUITO BEM PREPARADOS... ELA ESTÁ ATRÁS É... POR EXEMPLO, EM GEOPROCESSAMENTO, GEOREFERENCIAMENTO, EMPREGO DE... DE MONITORAMENTO. ALGUNS RECURSOS QUE ALGUNS ESTADOS JÁ EMPREGAM NÓS AINDA ESTAMOS EMPREGANDO COM TECNOLOGIA JÁ ULTRAPASSADA!"
MINAS GERAIS	MG02: "OLHA, É A MANEIRA DE NÓS TERMOS MAIS EFICÁCIA E MAIS EFICIÊNCIA NAS NOSSAS AÇÕES. DE GASTARMOS MENOS RECURSOS E TERMOS MAIOR ABRANGÊNCIA!"
PARÁ	PA03: "PORQUE [A TECNOLOGIA] É MUITO RECENTE, ELA AINDA ESTÁ MUITO... ENGATINHANDO, DIGAMOS ASSIM. MAS MESMO NESSA SITUAÇÃO, ELA JÁ COMEÇA A DAR RESPOSTAS MUITO BOAS NO QUE TANGE A UMA ATUAÇÃO RACIONAL, NÃO VIOLENTA E COM RESPOSTAS IMEDIATAS, SOBRETUDO NA ÁREA DE COMBATE AO TRÁFICO DE DROGAS!"
PERNAMBUCO	PE01: "UMA DAS COISAS QUE EU CRITICO MUITO AQUI É QUE, ÀS VEZES, VOCÊ VÊ UMA DUPLA DE POLICIAIS TRABALHANDO NA RUA SEM OS EQUIPAMENTOS INDIVIDUAIS NECESSÁRIOS. ENTÃO, ÀS VEZES ESTÁ UM POLICIAL NA RUA SEM UM RÁDIO, COMO ACONTECE AQUI, E PASSAM A FALSA IMPRESSÃO DE SEGURANÇA PARA A SOCIEDADE!"
RIO DE JANEIRO	RJ06: "EU ACHO QUE ELAS SÃO FUNDAMENTAIS E, LAMENTAVELMENTE, CONCLUÍMOS AO CHEGAR AQUI, QUE ESTÁVAMOS MUITO ATRASADOS. A POLÍCIA CIVIL TEM O PROJETO DELEGACIA LEGAL. NESSE PROGRAMA, AVANÇOU BASTANTE A TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO. MAS AINDA É POUCO PARA O QUE QUEREMOS. A POLÍCIA MILITAR, ATÉ POUCO TEMPO, NÃO TINHA ACESSO À BANDA LARGA (...)"

Categoria G: O conhecimento limitado a respeito do PRONASCI.

Embora espontaneamente os entrevistados manifestem entusiasmo com a implantação do PRONASCI, verifica-se a necessidade de mais informações acerca dos eixos e das ações do programa. Esse déficit de informação manifesta-se na forma hesitante de abordar o tema, na formulação de opiniões pessoais e muito gerais sobre o programa, na citação de projetos que não têm relação direta com a iniciativa federal. Há indícios de necessidade de maior comunicação institucional no que tange à transmissão de informações sobre as metas do PRONASCI. Alguns dizem ter participado de encontros informativos sobre o programa, mas não se aprofundam sobre o conteúdo dessas reuniões.

CATEGORIA G: O CONHECIMENTO LIMITADO A RESPEITO DO PRONASCI.

BAHIA	BA01: "MEU CONHECIMENTO É MÉDIO, NÃO É? NÃO É SUPERFICIAL E NEM É TOTAL. PORQUE EU NÃO PARTICIPEI, EU ACOMPANHEI A APRESENTAÇÃO E TUDO, MAS EU NÃO SEI OS DETALHES, COMO É QUE FICOU INCLUSIVE DEPOIS DA FINALIZAÇÃO".
DISTRITO FEDERAL	<p>DF01: "EU PARTICIPEI DE UMA REUNIÃO, MAS ASSIM ... A VERDADE, NÃO TENHO MUITO CONHECIMENTO SOBRE O PRONASCI. EU SEI QUE O PROJETO, QUE JÁ FOI COMENTADO NA REUNIÃO, ELE VAI TRAZER MUITOS BENEFÍCIOS PARA A SEGURANÇA PÚBLICA, PARA A INTEGRAÇÃO ENTRE O CIDADÃO E A SEGURANÇA, PARA REDUZIR A CRIMINALIDADE... MAS, NA VERDADE, EU NÃO ME APROFUNDEI NO PROJETO AINDA NÃO".</p> <p>DF06: "OLHA, CONHEÇO UM POUCO. TENHO LIDO PELA INTERNET. JÁ REALIZEI ATRAVÉS DAQUELE ENSINO À DISTÂNCIA, EU NÃO SEI SE ESSE ENSINO À DISTÂNCIA ESTÁ DENTRO DAS AÇÕES DO PRONASCI. EU CREIO QUE SIM. EU CONFESSO QUE ESSES DETALHES EU NÃO LEMBRO".</p>
PERNAMBUCO	<p>PE03: "EU TAMBÉM NÃO TENHO CONHECIMENTO, NENHUM DOS DOIS, NEM A PRIORIDADE NEM O PROGRAMA".</p> <p>PE04: "EU ACHO QUE EXISTE UM GRANDE DESCONHECIMENTO NAS AÇÕES QUE ESTÃO PREVISTAS NO PRONASCI, A NÃO SER COM RELAÇÃO AO PÚBLICO INTERNO".</p>
RIO GRANDE DO SUL	<p>RS03: "BOM, PRONASCI. O PRONASCI EU OUVI FALAR, EU LI A RESPEITO DELE, EU VI QUE É UM PROJETO... É UM PROJETO QUE ESTÁ MUITO VOLTADO PARA A PREVENÇÃO, NA FORMAÇÃO TAMBÉM DOS POLICIAIS, QUE EU ACHO QUE ISSO É IMPORTANTÍSSIMO".</p> <p>RS08: "BOM, ACHO QUE O PRONASCI, EU CONHEÇO O QUE FOI DIVULGADO ATRAVÉS DA MÍDIA" (...)</p>
RIO DE JANEIRO	RJ04: "BOM, O MEU NÍVEL DE CONHECIMENTO É... EU TENHO VISTO, BASICAMENTE, AS INFORMAÇÕES VINDAS DE PERIÓDICOS, JORNAIS, MATÉRIAS INFORMATIVAS SOBRE O ASSUNTO".



4 PRONASCI em números

4.1. Execução orçamentária e financeira³

4.1.1. Aspectos gerais da execução financeira – Dados extraídos do SIAFI e SIMAP

O Programa Nacional de Segurança com Cidadania, instituído pela Lei nº. 11.530/07, alterada pela Lei nº. 11.707/08, destina-se a articular ações de segurança pública para a prevenção, controle e repressão da criminalidade, estabelecendo políticas sociais e ações de proteção às vítimas, e foi estruturado no Plano Plurianual 2008-2011 com a previsão anual de alocação no Orçamento Geral da União de R\$ 1,4 bilhão por ano.

A execução financeira apresentada a seguir foi obtida basicamente a partir de três fontes: (a) SIAFI; (b) SIMAP; e (c) Secretaria Executiva do PRONASCI. Deve-se notar que o SIMAP, como observado acima, permite articular essas fontes e opera como o portal através do qual as informações sobre a execução do PRONASCI podem ser obtidas, sem que seja necessário recorrer ao SIAFI.

A dotação inicial do PRONASCI (Programa Orçamentário 1453) para o exercício de 2008 foi definida pela Lei Orçamentária Anual em R\$ 1.404.190.724,00. Durante a sua execução no exercício de 2008 foi pouco alterado por créditos, restando R\$ 1.396.970.963,00, conforme disposto nas ações constantes da tabela 1.

3. As eventuais diferenças entre os valores autorizados do SIMAP e empenhados (retirados das bases SIAFI/SIMAP) são decorrentes das diferenças de tempo entre o que cada parte do sistema monitora. O módulo de cadastro e tramitação acompanha as autorizações do Comitê Gestor do Pronasci, existindo fases posteriores de análise e implementação das unidades técnicas do Ministério da Justiça antes da emissão do empenho.

TABELA 1- AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DO PRONASCI				
	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
20B6. CONCESSÃO DE BOLSA-FORMAÇÃO A POLICIAIS MILITARES E CIVIS, AGENTES PENITENCIÁRIOS, GUARDAS-MUNICIPAIS, BOMBEIROS E PERITOS CRIMINAIS, DE BAIXA RENDA	592.780.239,00	153.417.410,12	78.382.215,77	78.382.215,77
7H58. CONSTRUÇÃO E IMPLANTAÇÃO DA ACADEMIA DA POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL - DF	11.540.724,00	0,00	0,00	0,00
8375. CAMPANHA DO DESARMAMENTO	40.000.000,00	1.524.411,54	1.313.011,54	1.305.011,54
8853. APOIO A IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS	175.329.800,00	77.459.219,47	53.308.115,17	53.164.291,27
8854. GESTÃO E COMUNICAÇÃO DO PRONASCI	37.595.500,00	10.862.463,91	6.998.936,62	6.998.555,21
8855. FORTALECIMENTO DAS INSTITUIÇÕES DE SEGURANÇA PÚBLICA	188.741.537,00	128.690.726,96	82.718.547,56	82.717.149,95
8856. MODERNIZAÇÃO DE ESTABELECIMENTOS PENAI	20.085.793,00	1.379.000,00	0,00	0,00
8857. APOIO A IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS DE SEGURANÇA CIDADÃ	172.951.510,00	156.503.140,71	78.774.518,65	78.696.190,01
8858. VALORIZAÇÃO DE PROFISSIONAIS E OPERADORES DE SEGURANÇA PÚBLICA	52.045.860,00	30.622.855,79	16.197.842,27	16.164.102,56
8860. APOIO A CONSTRUÇÃO DE ESTABELECIMENTOS PENAI	105.900.000,00	73.950.000,00	0,00	0,00
TOTAL	1.396.970.963,00	634.409.228,50	317.693.187,58	317.427.516,31

No que tange à programação financeira, até final de outubro, o PRONASCI tem sido afetado na mesma proporção das demais despesas do Ministério da Justiça:

TABELA 2 - PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA				
LEI	CRÉDITOS	DISPONÍVEL	EMPENHADO	LIQUIDADO
1.404.190.724,00	(7.219.761,00)	216.122.614,22	634.409.228,50	317.693.187,58

Fonte: SIMAP/SIAFI. Elaboração: FGV Projetos

É importante destacar que a principal ação do PRONASCI é direcionada para a concessão de bolsas para o aperfeiçoamento dos recursos humanos das polícias e demais profissionais de segurança pública (ação 20B6 - com R\$ 592.780.239,00 autorizados). Outra importante ação é relacionada ao "Apoio à Implementação de Políticas Sociais" (8853 - com R\$ 175.329.800,00 autorizados), voltada para populações de alto risco de violência. Destaca-se, também o "Apoio à Implantação de Políticas de Segurança Cidadã" (ação 8857 - com R\$ 172.951.510,00 autorizados), voltada para políticas diferenciadas de segurança e o "Apoio à Construção de estabelecimentos Penais Especiais" (ação 8860 - com R\$ 105.900.000,00 autorizados). Essa alocação demonstra um novo enfoque no atendimento integral da questão da segurança.

A execução da despesa, até 30.10.2008, monta a R\$ 634.409.228,50, nos grandes grupos de natureza de despesas de: investimentos (GND 04) e outras despesas correntes (GND 03), conforme está detalhado na tabela abaixo:

TABELA 3 - EXECUÇÃO DO PRONASCI POR GND			
GND (COD/ABREV)	EMPENHADO	LIQUIDADO (FAVOREC)	PAGO
3-ODC	392.455.873,58	212.852.694,11	212.631.523,84
4-INV	241.953.354,92	104.840.493,47	104.795.992,47

Fonte: SIMAP/SIAFI. Elaboração: FGV Projetos

O PRONASCI tem a característica de trabalhar com um grande percentual de descentralização de suas ações. Dentre os R\$ 836 milhões utilizados em aplicação direta (Modalidades de Aplicação 90 e 91), R\$ 592 milhões são direcionados para pagamento de bolsas, que são repassados diretamente pela União para os profissionais de segurança dos demais entes federados. Os demais recursos são destinados à execução em parceria com estados (Modalidade de Aplicação 30), municípios (Modalidade de Aplicação 40), organizações sociais de interesse público (Modalidade de Aplicação 91) e organismos internacionais (Modalidade de Aplicação 80).

Cumpra destacar que boa parte dos recursos de “Modalidade de Aplicação 90” (aplicação direta da União) é representado pelo pagamento de bolsas a policiais dos estados e municípios (mais de R\$ 592 milhões), como pode ser visto na tabela 4.

TABELA 4 - EXECUÇÃO PRONASCI POR MODALIDADE DE APLICAÇÃO				
MOD. APLIC. (COD/DESC)	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO/FAV.	PAGO
30 TRANSF. A ESTADOS E AO DISTRITO FEDERAL	388.851.886,72	234.705.457,50	95.772.679,67	95.578.855,77
40 TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS	148.849.274,25	121.713.148,65	108.466.395,15	108.403.521,87
50 TRANSF. A INST. PRIVADAS S/ FINS LUCRATIVOS	13.191.219,85	6.644.183,29	5.647.434,49	5.647.434,40
80 TRANSFERÊNCIAS AO EXTERIOR	9.305.046,00	9.046.946,00	9.046.946,00	9.046.946,00
90 APLICAÇÕES DIRETAS	835.868.038,18	261.887.879,15	98.598.118,36	98.539.144,27
91 APLICAÇÕES DIRETAS - OPER. INTRA - ORÇAMENTÁRIA	905.498,00	411.613,91	211.613,91	211.613,91

A execução da despesa do PRONASCI, por Elemento de Despesa, demonstra que os maiores grupos são representados por “Auxílios” (elemento de despesa 42, R\$ 81,36 milhões) e “Contribuições” (elemento de despesa 41, R\$ 283,13 milhões), que representam transferências voluntárias para estados e municípios, destaca-se, também, os “Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas” (elemento de despesa 48, R\$ 181,11 milhões).

TABELA 5 - EXECUÇÃO POR ELEMENTO DE DESPESA				
ELEMENT. DESP. (COD/DESC)	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO/ FAV.	PAGO
04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO DESP. CIVIL	14.966.814,00	14.472.848,00	8.482.330,16	8.455.803,68
14 DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL	2.178.574,80	1.976.413,33	1.187.863,75	1.186.466,14
30 MATERIAL DE CONSUMO	2.474.085,04	1.309.203,66	1.261.182,42	1.261.182,42
33 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	7.324.476,52	6.698.899,92	2.152.252,95	2.152.252,95
35 SERVIÇOS DE CONSULTORIA	12.947.600,00	9.389.600,00	5.724.000,00	5.724.000,00
36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIRO - PESSOA FÍSICA	63.199.713,70	60.271.876,21	4.217.472,65	4.194.422,65
38 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	33.516.862,55	9.563.642,13	3.610.059,83	3.610.059,83
41 CONTRIBUIÇÕES	351.273.068,92	283.130.645,29	211.138.910,82	210.932.213,64
42 AUXÍLIOS	111.809.000,00	81.359.000,00	180.000,00	180.000,00
48 OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOA FÍSICA	161.110.661,00	161.110.661,00	78.060.780,00	78.060.780,00
51. OBRAS E INSTALAÇÕES	574.386,40	0,00	0,00	0,00
52. EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	35.652.645,50	4.393.138,96	1.156.435,00	1.156.435,00
92. DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	50.400,00	33.600,00	24.600,00	24.200,00
93 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	2.949.6000,00	699.700,00	497.300,00	489.700,00
NÃO INFORMADO *	596.943.074,57	0,00	0,00	0,00

(*) Os valores não informados são relativos ao que não foi detalhado e não foi informado.

O PRONASCI é executado por 74 (setenta e quatro) unidades gestoras, sendo 28 (vinte oito) no âmbito da Polícia Rodoviária Federal e 27 (vinte e sete) no âmbito da Polícia Federal e as demais dezenove estão listadas na tabela abaixo. É importante destacar a execução por unidades gestoras de outros Ministérios e Poderes: Fundação Universidade de Brasília, Ministério do Esporte, Ministério da Saúde, Fundo Nacional de Saúde, Tribunal de Justiça do DF e Territórios e Tribunal Regional Federal da 4ª Região.

TABELA 6 - UNIDADES GESTORAS⁴ E O PRONASCI (EXCETO POLÍCIAS)				
UG (COD/DESC)	UF	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
240101. COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS LOGÍSTICOS	DF	0,00	0,00	0,00
240138. SECRET.DE C & T P/ INCLUSÃO SOCIAL/MCT - CEF	DF	11.275.875,00	0,00	0,00
257001. DIRETORIA EXECUTIVA DO FUNDO NAC. DE SAÚDE	DF	0,00	0,00	0,00
380010. COORD-GERAL DE ORCAM., FIN. E CONTABILIDADE	DF	0,00	0,00	0,00
200321 - CEF - DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL-MJ	DF	75.329.000,00	0,00	0,00
200324. DEPEN/DIRETORIA DE POLÍTICAS PENITENCIÁRIAS	DF	6.509.196,00	6.509.196,00	6.509.196,00
200330. SECRETARIA NACIONAL DE SEG. PÚBLICA - SENASP	DF	483.009.582,67	283.518.637,61	283.262.745,36
090030. TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª.REGIÃO	RS	87.859,90	51.723,81	51.723,81
090033. TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª.REGIAO-ORÇAM.	RS	0,00	0,00	0,00
100001. TRIB.DE JUSTIÇA DO DF.E DOS TERRITÓRIOS	DF	7.289,14	0,00	0,00

4. Os recursos do PRONASCI são gerenciados pela COORDENAÇÃO-GERAL DE ORÇAMENTO E FINANÇAS, sendo essa a central orçamentária do Ministério da Justiça responsável pelas autorizações do PRONASCI.

(cont.)

TABELA 6 - UNIDADES GESTORAS³ E O PRONASCI (EXCETO POLÍCIAS)				
UG (COD/DESC)	UF	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
110246. FUNDO NACIONAL ANTIDROGAS	DF	1.617.388,80	620.640,00	620.640,00
110319. SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL/PR	DF	0,00	0,00	0,00
154040. FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - FUB	DF	2.600.000,00	0,00	0,00
180002. SUBSECR.DE PLANEJ.ORÇAM.E ADMINISTRAÇÃO/ME	DF	491.637,50	0,00	0,00
180006. CEF/MINISTÉRIO DO ESPORTE	DF	5.850.000,00	0,00	0,00
200001. GABINETE DO MINISTRO - MJ	DF	70.200,00	31.230,76	30.849,35
200005. COORDENAÇÃO-GERAL DE LOGÍSTICA-CGL	DF	37.724.305,20	19.869.807,71	19.869.807,71
200400. SECRETARIA DE DIREITO ECONÔMICO - SDE	DF	5.342.039,40	5.342.039,40	5.342.039,40

Fonte: SIMAP/SIAFI. Elaboração: FGV Projetos

Outro aspecto interessante a ser ressaltado é a abrangência dos compromissos internacionais assumidos pelo Ministério da Justiça, com recursos do PRONASCI, destacando-se as contribuições para a Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e Cultura (R\$ 6,51 milhões), contribuição para o Programa das Nações Unidas para Desenvolvimento (R\$ 2,29 milhões) e contribuição para o Escritório das Nações Unidas contra Drogas e Crime (R\$ 252 mil).

4.1.2. Análise por ação orçamentária

A tabela 7 abaixo consolida a execução orçamentária e financeira das ações orçamentárias do PRONASCI, ressaltando o percentual de execução por ação. Destacam-se as ações orçamentárias de “Apoio à Implantação das Políticas de Segurança Cidadã” (90,49%) “Apoio à Construção de Estabelecimentos Penais Especiais” (69,83%) e “Fortalecimento das Instituições de Segurança Pública” (68,18%) como as ações em que a execução superou a 60% do autorizado.

TABELA 7- AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS			
AÇÃO ORÇAMENTÁRIA	AUTORIZADO	EMPENHADO	PERCENTUAL DE EXECUÇÃO
20B6 CONCESSÃO DE BOLSA-FORMAÇÃO A POLICIAIS MILITARES E CIVIS, AGENTES PENITENCIÁRIOS, GUARDAS-MUNICIPAIS, BOMBEIROS E PERITOS CRIMINAIS, DE BAIXA RENDA	592.780.239,00	153.417.410,12	25,88
7H58 CONSTRUÇÃO E IMPLANTAÇÃO DA ACADEMIA DA POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL – DF	11.540.724,00	0,00	0
8375 CAMPANHA DO DESARMAMENTO	40.000.000,00	1.524.411,54	3,81
8853 APOIO À IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS	175.329.800,00	77.459.219,47	44,18
8854 GESTÃO E COMUNICAÇÃO DO PRONASCI	37.595.500,00	10.862.463,91	28,86
8855 FORTALECIMENTO DAS INSTITUIÇÕES DE SEGURANÇA PÚBLICA	188.741.537,00	128.690.726,96	68,18
8856 MODERNIZAÇÃO DE ESTABELECIMENTOS PENAIS	20.085.793,00	1.379.000,00	6,86
8857 APOIO À IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS DE SEGURANÇA CIDADÃ	172.951.510,00	156.503.140,71	90,49
8858 VALORIZAÇÃO DE PROFISSIONAIS E OPERADORES DE SEGURANÇA PÚBLICA	52.045.860,00	30.622.855,79	58,84
8860 APOIO A CONSTRUÇÃO DE ESTABELECIMENTOS PENAIS ESPECIAIS	105.900.000,00	73.950.000,00	69,83

A) 20B6 - Concessão de Bolsa-Formação à Policiais Militares e Civis, Agentes Penitenciários, Guardas-Municipais, Bombeiros e Peritos Criminais, de Baixa Renda

A Ação possui, até o presente momento, 25,88% do montante autorizado como empenhado (sendo empenhado R\$153,42 milhões de R\$592,78 milhões autorizados), sendo quase a totalidade transferida como “Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas” (mais de 99%) (tabela 8).

TABELA 8 - CONCESSÃO DE BOLSA-FORMAÇÃO A POLICIAIS (POR GND)			
ELEMENTO DESPESA	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA	356.630,12	321.435,77	321.435,77
48 OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS	153.060.780,00	78.060.780,00	78.060.780,00

Fonte: SIMAP/SIAFI. Elaboração: FGV Projetos

B) 8375 - Campanha do Desarmamento

A ação teve uma execução relativamente baixa, com menos de 4%, no montante de R\$40 milhões alocados no Orçamento.

Em relação à Campanha do Desarmamento, a maior despesa é representada por indenizações e restituição (93) aos proprietários das armas, sendo relevantes, também, as despesas com “Outros Serviços de terceiros - Pessoa Jurídica” (39) e “Pessoa Física” (36), bem como passagens e despesas com locomoção (33). Esses e outros elementos de despesa são descritos na tabela 9.

TABELA 9 - CAMPANHA DO DESARMAMENTO (POR GND)			
ELEMENTO DESPESA (COD/DESC)	EMPENHADO	LIQUIDADO (FAVORECIDO)	PAGO
14 DIÁRIAS DE PESSOAL CIVIL	53.620,00	53.620,00	53.620,00
30 MATERIAL DE CONSUMO	42.091,54	42.091,54	42.091,54

(cont.)

TABELA 9 - CAMPANHA DO DESARMAMENTO (POR GND)			
ELEMENTO DESPESA (COD/DESC)	EMPENHADO	LIQUIDADO (FAVORECIDO)	PAGO
33 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	92.848,00	92.848,00	92.848,00
36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA FÍSICA	277.800,00	277.800,00	277.800,00
39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	324.752,00	324.752,00	324.752,00
92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	33.600,00	25.000,00	24.600,00
93 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	724.700,00	522.300,00	515.600,00

Fonte: SIMAP/SIAFI. Elaboração: FGV Projetos

C) 8853 - Apoio à Implementação de Políticas Sociais

No período, foi empenhado 44,18% dos recursos disponíveis na ação (R\$175,32 milhões autorizados no Orçamento). A despesa mais relevante é o grupo relativo aos "Auxílios" (41) que representam transferências a Estados e Municípios (tabela 10).

TABELA 10 - APOIO À IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS (POR GND)			
ELEMENTO DESPESA (COD/DESC)	EMPENHADO	LIQUIDADO (FAVORECIDO)	PAGO
30 MATERIAL DE CONSUMO	77.329,06	77.329,06	77.329,06
36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA FÍSICA	1.014.920,00	1.014.920,00	1.014.920,00
39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	4.088.156,00	4.088.156,00	4.088.156,00
41 CONTRIBUIÇÕES	65.402.514,49	50.402.094,71	50.258.270,81
42 AUXÍLIOS	6.030.000,00	180.000,00	180.000,00
52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	240.735,69	145.615,40	145.615,40

Fonte: SIMAP/SIAFI. Elaboração: FGV Projetos

D) 8854 - Gestão e Comunicação do PRONASCI

Nesta ação, foram empenhados 28,86 %, dos R\$37,59 milhões previstos no Orçamento. As despesas mais relevantes estão nos elementos relativos a “Serviços de Consultoria” (35) e “Passagens e Despesas de Locomoção” (33) (tabela 11).

TABELA 11- GESTÃO E COMUNICAÇÃO DO PRONASCI (POR GND)			
ELEMENTO DESPESA (COD/DESC)	EMPENHADO	LIQUIDADO (FAVORECIDO)	PAGO
14 DIARIAS - PESSOAL CIVIL	20.200,00	18.720,38	18.720,38
33 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	1.194.850,00	1.058.927,40	1.058.927,40
35 SERVIÇOS DE CONSULTORIA	9.389.600,00	5.724.000,00	5.724.000,00
36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA FÍSICA	100.000,00	40.480,55	40.099,14
39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS- PESSOA JURÍDICA	210.813,91	210.813,91	210.813,91

Fonte: SIMAP/SIAFI. Elaboração: FGV Projetos

E) 8855 - Fortalecimento das Instituições de Segurança Pública

Nessa ação, foram empenhados 68,18% do montante autorizado no orçamento de R\$188,74 milhões.

A despesa mais expressiva é relativa às contribuições que representam transferências correntes a estados e municípios, sendo, também, relevantes às despesas de diárias de pessoal civil.

TABELA 12 - FORTALECIMENTO DAS INSTITUIÇÕES DE SEGURANÇA PÚBLICA			
ELEMENTO DESPESA (COD/DESC)	EMPENHADO	LIQUIDADO (FAVORECIDO)	PAGO
14 DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL	1.114.559,20	1.038.441,74	1.037.044,13
30 MATERIAL DE CONSUMO	27.051,44	5.000,00	5.000,00
33 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	325.429,92	230.358,70	229.612,04
36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA FÍSICA	52.198,21	1.786,77	1.786,77
39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS- PESSOA JURÍDICA	23.393,24	0,00	0,00
41 CONTRIBUIÇÕES	135.803.539,88	114.555.322,45	81.490.535,27
51 OBRAS E INSTALAÇÕES	89.049,36	0,00	0,00
52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	2.396.600,00	0,00	0,00

Fonte: SIMAP/SIAFI. Elaboração: FGV Projetos

F) 8857 - Apoio à Implementação de Políticas de Segurança Cidadã

Nessa ação, foram empenhados 90,49% do montante autorizado no orçamento de R\$172,95 milhões.

As despesas mais relevantes da ação são relativas a “Contribuições” (50,53 %) e “Outros Serviços de Terceiros- Pessoa Física”

TABELA 13 - APOIO À IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS DE SEGURANÇA CIDADÃ			
ELEMENTO DESPESA (COD/DESC)	EMPENHADO	LIQUIDADO (FAVORECIDO)	PAGO
14 DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL	554.550,00	17.070,88	17.070,88
30 MATERIAL DE CONSUMO	1.171.171,85	1.135.476,52	1.135.476,52
33 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	1.636.000,00	59.200,95	59.200,95
36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA FÍSICA	55.425.420,00	2.634.694,84	2.619.239,48
39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS- PESSOA JURÍDICA	2.201.814,85	888.370,00	888.370,00
41 CONTRIBUIÇÕES	87.398.803,01	74.568.763,98	74.568.763,98
48 OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOA FÍSICA	8.049.881,00	0,00	0,00
51 OBRAS E INSTALAÇÕES	0,00	0,00	0,00
52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	97.700,00	60.200,00	60.200,00

Fonte: SIMAP/SIAFI. Elaboração: FGV Projetos

G) 8858 - Valorização de Profissionais e Operadores de Segurança Pública

Nessa ação, foram empenhados 58,84% do montante autorizado no orçamento de R\$52,05 milhões

As despesas mais relevantes na ação são Contratação por tempo determinado de pessoal civil e contribuições.

TABELA 14 - VALORIZAÇÃO DE PROFISSIONAIS E OPERADORES DE SEGURANÇA PÚBLICA			
ELEMENTO DESPESA (COD/DESC)	EMPENHADO	LIQUIDADO (FAVORECIDO)	PAGO
04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO - PES.CIVIL	14.472.848,00	8.483.200,16	8.456.673,68
14 DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL	277.569,08	103.774,28	103.774,28
30 MATERIAL DE CONSUMO	1.285,30	1.285,30	1.285,30
33 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	3.505.188,00	822.531,57	822.531,57
36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	3.401.538,00	1.005.757,31	1.004.454,13
39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	2.420.630,97	376.532,15	376.532,15
41 CONTRIBUIÇÕES	4.857.516,86	4.677.516,86	4.677.516,86
52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.728.877,90	950.619,60	950.619,60

Fonte: SIMAP/SIAFI. Elaboração: FGV Projetos

H) 8860 - Apoio à Construção de Estabelecimentos Penais Especiais

Nessa ação, foram empenhados 69,83% do montante autorizado no orçamento de R\$105,90 milhões.

TABELA 15 - APOIO À CONSTRUÇÃO DE ESTABELECIMENTOS PENAIIS ESPECIAIS			
ELEMENTO DESPESA (COD/DESC)	EMPENHADO	LIQUIDADO (FAVORECIDO)	PAGO
42 - AUXÍLIOS	73.950.000,00	0,00	0,00

Fonte: SIMAP/SIAFI. Elaboração: FGV Projetos

4.1.3. Análise por ação PRONASCI

As dez ações orçamentárias do PRONASCI são divididas em noventa e quatro ações definidas em Planos Internos do Programa. A tabela 16 abaixo indica as ações com valores de execução mais expressivos, destacando-se as seguintes ações com execução superior a R\$ 40 milhões:

1. Concessão de Bolsas;
2. Fortalecimento de Apoio às Ações de Prevenção à Violência;
3. Aquisição de Equipamentos de Infra-estrutura e Sistemas de Gestão;
4. Projeto Jovem Cidadão; e
5. Emprego da Força Nacional de Segurança Pública.

Além das ações descritas na tabela abaixo, destacamos a execução de cerca de R\$6 milhões em ações de capacitação que são divididas em 12 outras ações PRONASCI com execução inferior a R\$ 1 milhão cada.

TABELA 16 - PRINCIPAIS AÇÕES PRONASCI			
PI (COD)	PI- DESCRIÇÃO	EMPENHADO	LIQUIDADO
3000	CONCESSÃO DE BOLSA-FORMAÇÃO A POLICIAIS	153.417.410,12	78.382.215,77
3002N	FORTALEC. DE APOIO AÇÕES DE PREVENÇÃO A VIOLÊNCIA	40.877.869,52	40.861.128,52
3002P	ASSIST. JURID. INT. AO PRESO/FAMILIARES P/DPU	8.237.252,65	5.317.150,65
3003D	GESTÃO DO PRONASCI	10.415.370,00	7.250.834,30

Fonte: SIMAP/SIAFI. Elaboração: FGV Projetos

(cont.)

TABELA 16 - PRINCIPAIS AÇÕES PRONASCI			
PI (COD)	PI- DESCRIÇÃO	EMPENHADO	LIQUIDADO
3004C	AQUIS.DE EQUIP.INFRAESTR. E SIST. DE GESTÃO	128.093.422,62	113.115.820,45
3004G	IMPLANTAÇÃO DE CENTRO DE INTELIGÊNCIA	7.556.865,26	1.286.250,00
3006A	ESPAÇOS URBANOS SEGUROS	3.990.047,60	3.990.047,60
3006B	IMPLANT.DE NÚCLEOS ESPECIAL. NAS DEFEN. PÚBLICA	2.036.550,00	1.422.118,65
3006J	MULHERES DA PAZ	27.495.358,91	18.927.145,46
3006P	FORMAÇÃO E APERF. DOS PROF. DE SEG. PÚBLICA/S	2.815.922,37	1.766.006,89
3006Q	EFETIVAÇÃO LEI MARIA DA PENHA	6.688.342,62	4.058.742,35
3006H	GERAÇÃO CONSCIENTE	1.754.958,32	1.754.958,32
3006K	PROJETO - JOVEM CIDADÃO	41.086.687,00	32.464.497,64
3006S	IMPLANTAÇÃO DE NÚCLEOS DE POLÍCIA COMUNITÁRIA	6.458.267,23	5.256.571,63
3006T	EMPREGO DA FORÇA NAC. DE SEG. PUB.	57.034.523,07	4.508.869,38
3007A	FORM. DE APERF. DE PROF. DE SEG. PUB/CONDUT. CÃES	1.943.360,00	785.131,59
3007C	PROGR. DE AUX. A SAÚDE DE POLICIAIS CIVIS, MIL.	1.536.415,97	1.536.415,97
3007D	AMPLIAÇÃO E CONSOL.DA REDE NAC. DE EDUC. DIST.	15.711.202,22	9.068.785,62
3007Q	FORM. E APERF. DOS PROF. DE SEG. PUB/GUARDAS	2.615.798,55	2.095.798,55
NÃO INFORMADO*		108.663.843,43	13.522.694,06

(*) Os valores dessa linhas são discutidos na tabela 17.

Fonte: SIMAP/SIAFI. Elaboração: FGV Projetos

É importante destacar (tabela 17) a quantidade elevada de ações com valores não informadas. Nesse sentido, as ações desenvolvidas pelo DEPEN junto à Caixa Econômica Federal podem ser trabalhadas indiretamente, restando, cerca de R\$33,34 milhões em ações não monitoradas no âmbito do PRONASCI. Dentre as ações PRONASCI não monitoradas identificamos R\$ 29,25 milhões na ação 8853 – Apoio a Implementação de Políticas Sociais e R\$ 3,96 milhões na ação 8855 – Fortalecimento das Instituições de Segurança Pública, restando apenas R\$ 120 mil sem nenhuma forma de monitoramento.

TABELA 17 - AÇÕES MONITORADAS INDIRETAMENTE		
DESCRIÇÃO	EMPENHADO	LIQUIDADO
NÃO INFORMADO (1)	108.663.843,43	13.522.694,06
A - MODERNIZAÇÃO DE ESTABELECIMENTOS PENAIIS	1.379.000,00	0,00
B - APOIO A CONSTRUÇÃO DE ESTABELECIMENTOS PENAIIS ESPECIAIS	73.950.000,00	0,00
NÃO INFORMADO (2)	33.334.843,43	13.522.694,06
C - 8853 - APOIO A IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS	29.254.392,30	9.729.836,00
D - 8855 - FORTALECIMENTO DAS INSTITUIÇÕES DE SEGURANCA PÚBLICA	3.960.402,09	3.741.134,25
NÃO INFORMADO TOTAL	120.049,04	51.723,81
OBS: NÃO INFORMADO (2) = NÃO INFORMADO (1) - (A) - (B) NÃO INFORMADO TOTAL = NÃO INFORMADO (2) - (C) - (D)		

A grande maioria das ações com Planos Internos não definidos estão sendo executadas pelas unidades gestoras das Polícias Federal e Rodoviária Federal, bem como as unidades gestoras de outros Ministérios que, também, executam o PRONASCI.

Ressaltamos a complexidade de algumas ações orçamentárias que se desdobram em várias ações PRONASCI, o que indica a necessidade de se promover a integração e coordenação de vários atores, em específico:

- 8857- Apoio à implementação de políticas de segurança cidadã e
- 8858 - Valorização de profissionais e operadores de segurança pública

4.1.4. Análise por unidade da federação

As modalidades de aplicação 30, 40 e 50 representam as aplicações a estados, municípios e entidades do terceiro setor. Na tabela 18 são descritos, por estado, o montante geral dessas transferências realizadas.

TABELA 18- APLICAÇÕES NOS ESTADOS E MUNICÍPIOS			
UF	EMPENHADO	LIQUIDADADO (FAVORECIDO)	PAGO
AC	937.370,82	816.720,82	816.720,82
AL	23.479.805,64	8.162.463,74	8.162.463,74
BA	26.248.812,32	9.548.931,72	9.548.931,72
CE	6.165.572,29	5.381.169,29	5.381.169,29
DF	7.912.165,98	7.780.540,98	7.780.540,98
ES	13.798.260,46	12.353.135,46	12.353.135,46
GO	40.907.124,33	38.611.338,67	5.546.551,49
MA	8.069.388,58	8.069.388,58	8.069.388,58
MG	21.195.807,87	8.285.136,35	8.285.135,35
MT	891.956,85	891.956,85	891.956,85
NACIONAL ⁵	13.621.463,60	9.514.829,65	9.514.829,65
PA	22.859.261,82	5.503.011,82	5.359.187,92
PE	22.173.263,72	10.167.628,54	10.104.755,26
PI	200.000,00	120.000,00	120.000,00
PR	9.296.168,76	8.506.418,76	8.506.418,76
RJ	47.561.173,90	29.287.819,18	29.287.819,18
RS	65.078.692,87	39.862.449,74	39.862.449,74
SC	180.000,00	0	0
SP	44.373.662,44	40.038.356,34	40.038.356,34

Fonte: SIMAP/SIAFI. Elaboração: FGV Projetos

5. O termo nacional refere-se às ações desenvolvidas no âmbito do Governo Federal gerando benefício para todas as unidades da federação.

Na tabela 19, o montante das aplicações realizadas por ação orçamentária e unidades da federação são destacadas.

TABELA 19 - APLICAÇÕES NOS ESTADOS E MUNICÍPIOS - POR AÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO PRONASCI					
AÇÃO (COD/DESC)	UF	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	
7H58 CONSTRUÇÃO E IMPLANTAÇÃO DA ACAD. DA POL CIVIL DO DF	NACIONAL	0,00	0,00	0,00	
8375 CAMPANHA DO DESARMAMENTO	NACIONAL	0,00	0,00	0,00	
8375 CAMPANHA DO DESARMAMENTO	RJ	791.111,54	791.111,54	791.111,54	
8853 APOIO À IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS	AC	0,00	0,00	0,00	
8853 APOIO À IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS	AL	856.511,00	473.035,00	473.035,00	
8853 APOIO À IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS	BA	824.826,60	298.326,60	298.326,60	
8853 APOIO À IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS	CE	2.883.563,50	2.377.294,50	2.377.294,50	
8853 APOIO À IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS	DF	735.459,20	603.834,20	603.834,20	
8853 APOIO À IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS	ES	2.550.654,19	1.641.529,19	1.641.529,19	
8853 APOIO À IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS	GO	3.310.957,11	1.015.171,45	1.015.171,45	
8853 APOIO À IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS	MA	1.868.041,15	1.868.041,15	1.868.041,15	
8853 APOIO À IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS	MG	2.331.747,19	1.330.359,69	1.330.359,69	
8853 APOIO À IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS	MT	291.060,00	291.060,00	291.060,00	
8853 APOIO À IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS	NACIONAL	3.825.293,65	681.185,65	681.185,65	
8853 APOIO À IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS	PA	2.371.137,90	601.637,90	457.814,00	

(cont.)

TABELA 19 - APLICAÇÕES NOS ESTADOS E MUNICÍPIOS – POR AÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO PRONASCI				
AÇÃO (COD/DESC)	UF	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
8853 APOIO À IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS	PE	5.068.220,23	4.266.861,23	4.266.861,23
8853 APOIO À IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS	PI	200.000,00	120.000,00	120.000,00
8853 APOIO À IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS	PR	2.887.583,32	2.097.833,32	2.097.833,32
8853 APOIO À IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS	RJ	8.142.470,34	5.757.070,34	5.757.070,34
8853. APOIO À IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS	RS	7.493.581,23	3.824.435,91	3.824.435,91
8853 APOIO À IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS	SP	23.619.211,86	19.551.243,04	19.551.243,04
8855 FORTALECIMENTO DAS INSTITUIÇÕES DE SEGURANÇA PÚBLICA	AC	0,00	0,00	0,00
8855 FORTALECIMENTO DAS INSTITUIÇÕES DE SEGURANÇA PÚBLICA	AL	2.660.072,43	2.660.072,43	2.660.072,43
8855 FORTALECIMENTO DAS INSTITUIÇÕES DE SEGURANÇA PÚBLICA	BA	3.964.846,13	3.964.846,13	3.964.846,13
8855 FORTALECIMENTO DAS INSTITUIÇÕES DE SEGURANÇA PÚBLICA	CE	891.956,88	891.956,88	891.956,88
8855 FORTALECIMENTO DAS INSTITUIÇÕES DE SEGURANÇA PÚBLICA	DF	5.000.000,00	5.000.000,00	5.000.000,00
8855 FORTALECIMENTO DAS INSTITUIÇÕES DE SEGURANÇA PÚBLICA	ES	3.703.981,77	3.703.981,77	3.703.981,77
8855 FORTALECIMENTO DAS INSTITUIÇÕES DE SEGURANÇA PÚBLICA	GO	36.017.499,22	36.017.499,22	2.952.712,04
8855 FORTALECIMENTO DAS INSTITUIÇÕES DE SEGURANÇA PÚBLICA	MA	3.500.117,58	3.500.117,58	3.500.117,58
8855 FORTALECIMENTO DAS INSTITUIÇÕES DE SEGURANÇA PÚBLICA	MG	15.132.941,24	4.861.591,62	4.861.591,62

(cont.)

TABELA 19 - APLICAÇÕES NOS ESTADOS E MUNICÍPIOS – POR AÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO PRONASCI				
AÇÃO (COD/DESC)	UF	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
8855 FORTALECIMENTO DAS INSTITUIÇÕES DE SEGURANÇA PÚBLICA	MT	600.896,85	600.896,85	600.896,85
8855 FORTALECIMENTO DAS INSTITUIÇÕES DE SEGURANÇA PÚBLICA	NACIONAL	0,00	0,00	0,00
8855 FORTALECIMENTO DAS INSTITUIÇÕES DE SEGURANÇA PÚBLICA	PA	1.254.106,32	1.254.106,32	1.254.106,32
8855 FORTALECIMENTO DAS INSTITUIÇÕES DE SEGURANÇA PÚBLICA	PE	14.478.810,69	3.501.942,88	3.501.942,88
8855 FORTALECIMENTO DAS INSTITUIÇÕES DE SEGURANÇA PÚBLICA	PR	2.644.256,01	2.644.256,01	2.644.256,01
8855 FORTALECIMENTO DAS INSTITUIÇÕES DE SEGURANÇA PÚBLICA	RJ	5.325.982,35	5.325.982,35	5.325.982,35
8855 FORTALECIMENTO DAS INSTITUIÇÕES DE SEGURANÇA PÚBLICA	RS	31.769.771,92	31.769.771,92	31.769.771,92
8855 FORTALECIMENTO DAS INSTITUIÇÕES DE SEGURANÇA PÚBLICA	SP	8.858.300,49	8.858.300,49	8.858.300,49
8856 MODERNIZAÇÃO DE ESTABELECIMENTOS PENAIS	NACIONAL	0,00	0,00	0,00
8856 MODERNIZAÇÃO DE ESTABELECIMENTOS PENAIS	PA	693.000,00	0,00	0,00
8856 MODERNIZAÇÃO DE ESTABELECIMENTOS PENAIS	RS	686.000,00	0,00	0,00
8857 APOIO À IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS DE SEGURANÇA CIDADÃ	AC	937.370,82	816.720,82	816.720,82
8857 APOIO À IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS DE SEGURANÇA CIDADÃ	AL	4.523.716,81	4.439.850,91	4.439.850,91
8857 APOIO À IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS DE SEGURANÇA CIDADÃ	BA	4.819.231,15	3.495.850,55	3.495.850,55
8857 APOIO À IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS DE SEGURANÇA CIDADÃ	CE	2.347.283,91	2.069.149,91	2.069.149,91
8857 APOIO À IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS DE SEGURANÇA CIDADÃ	DF	1.186.706,78	1.186.706,78	1.186.706,78

(cont.)

TABELA 19 - APLICAÇÕES NOS ESTADOS E MUNICÍPIOS – POR AÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO PRONASCI				
AÇÃO (COD/DESC)	UF	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
8857 APOIO À IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS DE SEGURANÇA CIDADÃ	ES	7.204.579,60	6.668.579,60	6.668.579,60
8857 APOIO À IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS DE SEGURANÇA CIDADÃ	GO	1.578.668,00	1.578.668,00	1.578.668,00
8857 APOIO À IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS DE SEGURANÇA CIDADÃ	MA	2.701.229,85	2.701.229,85	2.701.229,85
8857 APOIO À IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS DE SEGURANÇA CIDADÃ	MG	3.686.039,44	2.048.105,04	2.048.105,04
8857 APOIO À IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS DE SEGURANÇA CIDADÃ	NACIONAL	9.796.169,95	8.833.644,00	8.833.644,00
8857 APOIO À IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS DE SEGURANÇA CIDADÃ	PA	3.666.117,60	3.622.367,60	3.622.367,60
8857 APOIO À IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS DE SEGURANÇA CIDADÃ	PE	2.562.885,67	2.335.477,30	2.272.604,02
8857 APOIO À IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS DE SEGURANÇA CIDADÃ	PR	3.469.448,65	3.469.448,65	3.469.448,65
8857 APOIO À IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS DE SEGURANÇA CIDADÃ	RJ	18.143.277,52	16.955.322,80	16.955.322,80
8857 APOIO À IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS DE SEGURANÇA CIDADÃ	RS	10.240.489,41	4.079.391,60	4.079.391,60
8857 APOIO À IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS DE SEGURANÇA CIDADÃ	SP	11.687.204,29	11.419.867,01	11.419.867,01
8858 VALORIZAÇÃO DE PROFISSIONAIS E OP DE SEGURANÇA PÚBLICA	AL	589.505,40	589.505,40	589.505,40
8858 VALORIZAÇÃO DE PROFISSIONAIS E OP DE SEGURANÇA PÚBLICA	BA	1.789.908,44	1.789.908,44	1.789.908,44
8858 VALORIZAÇÃO DE PROFISSIONAIS E OP DE SEGURANÇA PÚBLICA	CE	42.768,00	42.768,00	42.768,00
8858 VALORIZAÇÃO DE PROFISSIONAIS E OP DE SEGURANÇA PÚBLICA	DF	990.000,00	990.000,00	990.000,00
8858 VALORIZAÇÃO DE PROFISSIONAIS E OP DE SEGURANÇA PÚBLICA	ES	339.044,90	339.044,90	339.044,90

(cont.)

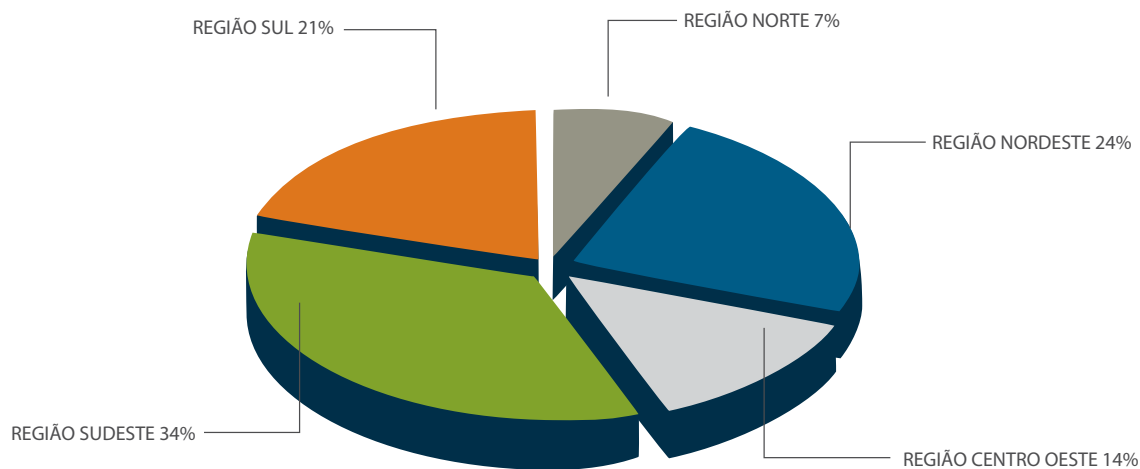
TABELA 19 - APLICAÇÕES NOS ESTADOS E MUNICÍPIOS – POR AÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO PRONASCI				
AÇÃO (COD/DESC)	UF	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
8858 VALORIZAÇÃO DE PROFISSIONAIS E OP DE SEGURANÇA PÚBLICA	MG	45.080,00	45.080,00	45.080,00
8858 VALORIZAÇÃO DE PROFISSIONAIS E OP DE SEGURANÇA PÚBLICA	NACIONAL	0,00	0,00	0,00
8858 VALORIZAÇÃO DE PROFISSIONAIS E OP DE SEGURANÇA PÚBLICA	PA	24.900,00	24.900,00	24.900,00
8858 VALORIZAÇÃO DE PROFISSIONAIS E OP DE SEGURANÇA PÚBLICA	PE	63.347,13	63.347,13	63.347,13
8858 VALORIZAÇÃO DE PROFISSIONAIS E OP DE SEGURANÇA PÚBLICA	PR	294.880,78	294.880,78	294.880,78
8858 VALORIZAÇÃO DE PROFISSIONAIS E OP DE SEGURANÇA PÚBLICA	RJ	458.332,15	458.332,15	458.332,15
8858 VALORIZAÇÃO DE PROFISSIONAIS E OP DE SEGURANÇA PÚBLICA	RS	188.850,31	188.850,31	188.850,31
8858 VALORIZAÇÃO DE PROFISSIONAIS E OP DE SEGURANÇA PÚBLICA	SC	180.000,00	0,00	0,00
8858 VALORIZAÇÃO DE PROFISSIONAIS E OP DE SEGURANÇA PÚBLICA	SP	208.945,80	208.945,80	208.945,80
8860 APOIO A CONSTRUÇÃO DE ESTABE-LECIMENTOS PENAS ESPECIAIS	AL	14.850.000,00	0,00	0,00
8860 APOIO A CONSTRUÇÃO DE ESTABE-LECIMENTOS PENAS ESPECIAIS	BA	14.850.000,00	0,00	0,00
8860 APOIO A CONSTRUÇÃO DE ESTABE-LECIMENTOS PENAS ESPECIAIS	NACIONAL	0,00	0,00	0,00
8860 APOIO A CONSTRUÇÃO DE ESTABE-LECIMENTOS PENAS ESPECIAIS	PA	14.850.000,00	0,00	0,00
8860 APOIO A CONSTRUÇÃO DE ESTABE-LECIMENTOS PENAS ESPECIAIS	RJ	14.700.000,00	0,00	0,00
8860 APOIO A CONSTRUÇÃO DE ESTABE-LECIMENTOS PENAS ESPECIAIS	RS	14.700.000,00	0,00	0,00

No gráfico 1 é apresentado o percentual de recursos financeiros do PRONASCI empenhados por região⁶. Destacaram-se as regiões Sudeste, Nordeste e Sul que representaram 34%, 24% e 21% respectivamente do montante de recursos totais. As Regiões Sudeste e Sul tiveram todos os seus estados contemplados por celebrações de convênios com o Ministério da Justiça, ressaltando que os estados de São Paulo e o Rio Grande do Sul foram os que tiveram o maior volume de convênios celebrados. Entretanto, deve-se destacar que o estado de Santa Catarina apresentou o menor valor se comparado aos demais estados das duas regiões. Já a Região Nordeste os estados contemplado foram Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Pernambuco e Piauí.

Em relação à região Centro-Oeste, essa obteve 14% dos empenhos totais, tendo o Distrito Federal, Goiás e Mato Grosso demandados recursos para a execução de ações do PRONASCI, enquanto que a Região Norte recebeu 7% do montante de recursos sendo esses destinados aos estados do Acre e Pará.

GRÁFICO 1

Percentual de valores empenhados por região

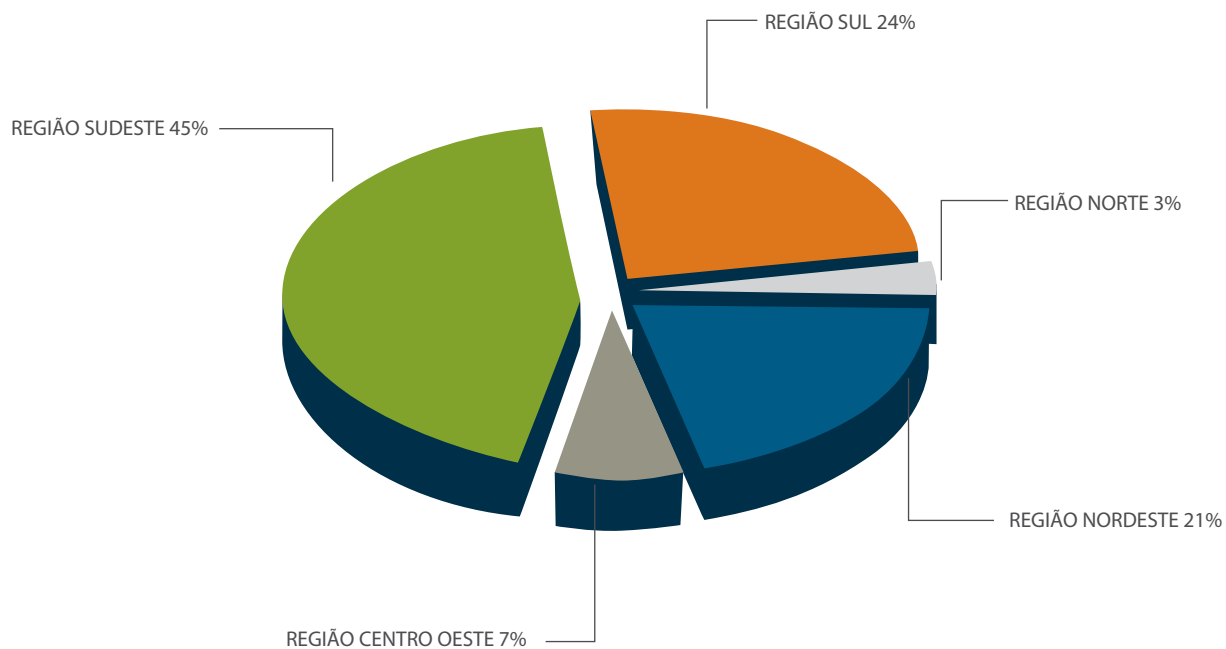


Fonte: SIMAP/SIAFI. Elaboração: FGV Projetos

6. Os estados das regiões que tiveram convênios celebrados foram: Região Norte (Acre e Pará), Região Nordeste (Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Pernambuco e Piauí), Região Centro Oeste (Distrito Federal, Goiás e Mato Grosso), Região Sudeste (Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo) e Região Sul (Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina).

O gráfico 2 representa uma análise similar à apresentada no Gráfico 1, entretanto a proposição é avaliar o montante de recursos efetivamente pagos, sendo que esses corresponderam a 79% do total empenhado. Destacaram-se as Regiões Sudeste, Sul e Nordeste que obtiveram respectivamente 45%, 24% e 21% do montante de recursos. As demais regiões, Centro-Oeste e Norte receberam 10% dos valores totais pagos no período.

GRÁFICO 2
 Percentual de valores pagos por região



4.1.5. Ações monitoradas a partir de informações da Secretaria Executiva do PRONASCI

Dados coletados junto à Secretaria Executiva do PRONASCI nos dão notícia de que parte dos recursos do PRONASCI está servindo de fonte para créditos já encaminhados ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e à Casa Civil, que serão encaminhados ao Congresso Nacional, tendo em vista a execução de ações que seriam da lógica e escopo do PRONASCI por outras fontes do Ministério da Justiça.

TABELA 20: RECURSOS DO PRONASCI OFERECIDOS COMO FONTE PARA CRÉDITOS	
OBJETO	VALOR
FUNPEN	150.000.000,00
CRÉDITOS PARA A SEGURANÇA DO PARÁ	37.000.000,00
HELICÓPTEROS PARA ESTADOS	30.000.000,00
DPF/FUNAPOL	55.000.000,00
TOTAL DE RECURSOS PARA FONTE DE CRÉDITOS ADICIONAIS	272.000.000,00

Fonte: Secretaria Executiva do PRONASCI

A Secretaria Executiva do PRONASCI também informou que já estão comprometidos os recursos descritos na Tabela 21 que serão descentralizados para vários Ministérios e Secretarias que executarão ações do PRONASCI.

TABELA 21: VALOR COMPROMETIDO COM DESTAQUES A OUTROS MINISTÉRIOS/SECRETARIAS PARA EXECUÇÃO DO PRONASCI NA AÇÃO 8853 - APOIO À IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS		
PROJETOS	PARCEIROS	VALOR COMPROMETIDO
CAPACITAÇÃO EM AÇÕES SOBRE PREVENÇÃO DO USO INDEVIDO DE DROGAS E DA VIOLÊNCIA PARA 15.000 CONSELHEIROS MUNICIPAIS EM TODO O BRASIL NA MODALIDADE DE EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA - EAD	GSI/SENAD	1.500.000,00
FÉ NA PREVENÇÃO	GSI/SENAD	996.748,80
IMPACTO DE BEBIDAS ALCOÓLICAS E PSICOATIVAS NO TRÂNSITO	GSI/SENAD	620.640,00
CONSTRUÇÃO E EQUIPAGEM DE UNIDADES DO SISTEMA NACIONAL DE ATENDIMENTO SÓCIO-EDUCATIVO	SEDH	21.800.000,00

(Cont.)

TABELA 21: VALOR COMPROMETIDO COM DESTAQUES A OUTROS MINISTÉRIOS/SECRETARIAS PARA EXECUÇÃO DO PRONASCI NA AÇÃO 8853 - APOIO À IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS		
PROJETOS	PARCEIROS	VALOR COMPROMETIDO
PINTANDO A LIBERDADE	M. ESPORTE	5.000.000,00
PINTANDO A CIDADANIA	M. ESPORTE	4.000.000,00
PINTANDO A LIBERDADE	M. ESPORTE	5.000.000,00
PINTANDO A CIDADANIA	M. ESPORTE	4.000.000,00
ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA	M. SAÚDE	9.000.000,00
APOIO À IMPLEMENTAÇÃO DE PROJETOS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA PARA FAMÍLIAS	MTE	9.400.000,0
MODERNIZAÇÃO DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS	M. CULTURA	200.000,00
INSTALAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DE ESPAÇOS CULTURAIS – PONTOS DE CULTURA	M. CULTURA	18.500.000,00
IMPLANTAÇÃO DE PONTOS DE LEITURA	M. CULTURA	2.000.000,00
IMPLANTAÇÃO DE 12 MUSEUS COMUNITÁRIOS	M. CULTURA	2.576.000,00
ESPORTE E LAZER NA CIDADE	M. ESPORTE	16.979.151,14

Fonte: Secretaria Executiva do PRONASCI

Caso essa informação se verifique e seja executada ao final de 2008, o MJ terá conseguido realizar mais de 40% do orçamento previsto para a execução do PRONASCI na ação 8853, logrando um resultado final auspicioso.

4.2. Projetos aprovados⁷ pelo comitê gestor do PRONASCI

Nessa seção, são descritos os valores e percentuais da execução do PRONASCI, através da análise gráfica dos dados e informações disponíveis no SIMAP. Inicialmente, é

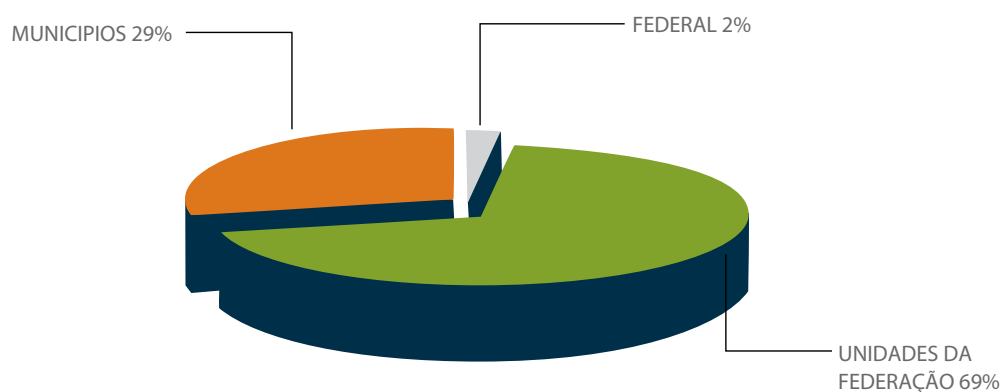
7. Nessa seção, torna-se importante esclarecer, a diferença entre os valores analisados na execução orçamentária e financeira (no item 4.1.), dos resultados que serão apresentados a seguir, relativos aos projetos aprovados pelo comitê Gestor do PRONASCI. No primeiro caso as informações correspondem aos valores empenhados, sendo esses obtidos por meio de consulta ao SIAFI/SIMAP. No segundo os valores correspondem aos projetos autorizados pelo Comitê Gestor do PRONASCI, podendo sofrer alterações nos seus valores em função de avaliação técnica requerida para a celebração do convênio.

avaliada, para os entes da federação, a participação de cada um deles no montante total de recursos aprovados pelo comitê gestor do PRONASCI, além da demanda por ações do programa. Para tanto, as apresentações foram divididas na ação bolsa formação e, posteriormente, para o conjunto das demais ações. Tal fato deveu-se à representatividade financeira dessa primeira ação frente a todas as outras. Cabe destacar que nessa seção são analisadas as informações geradas a partir das decisões do Comitê Gestor do PRONASCI, sendo essas registradas no SIMAP.

No Gráfico 3, é descrito o volume total de recursos aprovados para os entes da federação, no período de abril a novembro de 2008, tendo os dados sido obtidos em 07 de novembro, mediante consulta ao sistema. A partir do gráfico, é possível identificar que os estados foram os principais demandadores de recursos do PRONASCI, com 68,9% do volume total de projetos aprovados, enquanto que os municípios requereram 29,1% e a esfera federal absorveu apenas 2%.

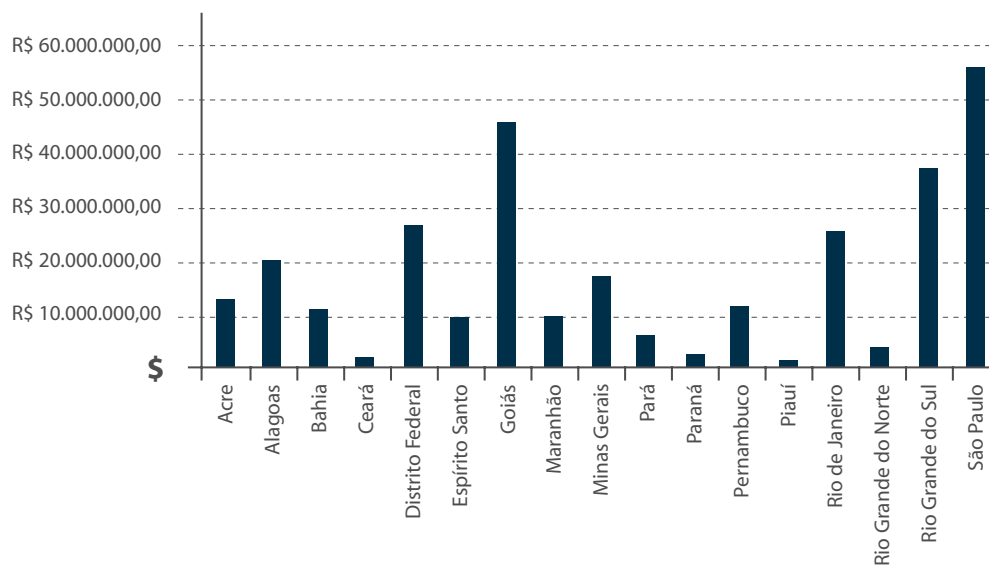
GRÁFICO 3

Demandantes de recursos do PRONASCI por ente da federação e percentual



Os estados e municípios, no período analisado, tiveram 400 projetos aprovados pelo Comitê Gestor do PRONASCI, sendo que o primeiro teve 218, enquanto que o segundo obteve 182. Os volumes em termos de recursos destinados aos projetos das ações PRONASCI, para as unidades da federação, podem ser analisados a partir do gráfico 4.

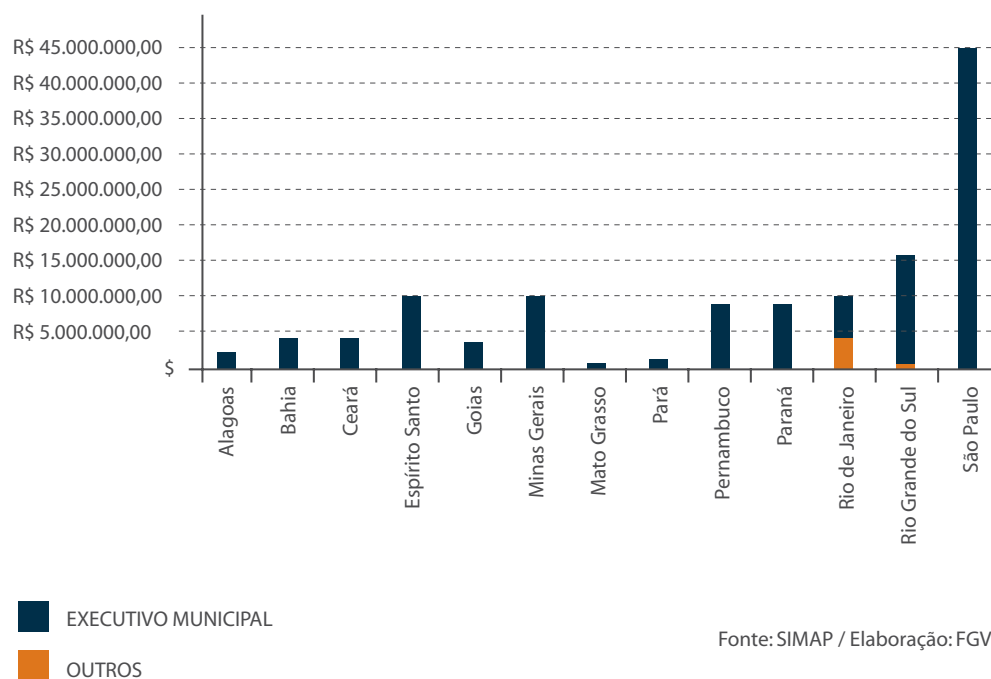
GRÁFICO 4
Unidades da federação demandantes de recursos do PRONASCI



Fonte: SIMAP. Elaboração: FGV Projetos

No Gráfico 5, optou-se por representar somente o volume de recursos demandados pelos municípios⁸, utilizando, para tanto, os valores agregados desses para as suas respectivas unidades da federação. Dessa forma, os valores que aparecem para os estados correspondem às demandas por recursos do PRONASCI de seus municípios, podendo ser do executivo municipal ou de outras instituições, tal com ONG's.

GRÁFICO 5
Municípios agregados por estados demandantes de recursos do PRONASCI



8. Alagoas (Maceió); Bahia (Camaçari, Lauro de Freitas, Lauro de Freitas, Salvador e Simões Filho); Ceará (Fortaleza); Espírito Santo (Cariacica, Serra, Viana, Vila Velha e Vitória); Goiás (Cidade Ocidental, Formosa, Luziânia, Nova Gama e Valparaíso de Goiás); Minas Gerais (Belo Horizonte, Betim, Contagem, Ibirite, Ribeirão das Neves e Santa Luzia); Mato Grosso (Rondonópolis); Pará (Ananindeua e Belém); Pernambuco (Cabo de Santo Agostinho, Jaboatão dos Guararapes e Recife); Paraná (Almirante Tamandaré, Araucária, Colombo, Curitiba e Piraquara); Rio de Janeiro (Duque de Caxias, Itaboraí, Itaguaí, Macaé, Mesquita, Nilópolis, Rio de Janeiro, São Gonçalo); Rio Grande do Sul (Alvorada, Bagé, Cachoeirinha, Canoas, Estância Velha, Esteio, Gravataí, Guaíba, Novo Hamburgo, Porto Alegre, São Leopoldo, Sapucaia do Sul e Viamão); São Paulo (Campinas, Diadema, Embu, Guarulhos, Itapeirica da Serra, Itapevi, Jandira, Osasco, Pirapora do Bom Jesus, Santana de Parnaíba, Santo André, São Bernardo do Campo, São Paulo, Taboão da Serra e Vargem Grande Paulista).

4.2.1 Análise de projetos apresentados

O processo decisório que envolve a aprovação dos recursos a serem repassados pelo PRONASCI tem a participação do Comitê Gestor do Programa, que autoriza a descentralização de recursos.

Nesse sentido, encontram-se autorizados para execução os recursos nos montantes apresentados (tabela 20 - Estados e tabela 21 - Municípios). Cumpre destacar que os valores autorizados são muito maiores que os efetivamente executados, restando os processos de elaboração dos respectivos convênios e realização de transferências.

Os valores transferidos para estados e municípios estão na lógica da construção de um novo modelo de segurança, com base na re-fundação das responsabilidades federativas no assunto, em que todos os entes se sentem co-partícipes e co-responsáveis pela segurança e igualmente buscam o atendimento integral do problema que passa pela capacitação, equipamento e desenvolvimento das polícias, até o atendimento das populações em alto risco de violência e reinserção social de populações marginalizadas.

TABELA 22 - PROJETOS APRESENTADOS POR ESTADOS				
ESTADO	PROJETOS CADASTRADOS	ARQUIVADO	PROJETOS APROVADOS	VALOR AUTORIZADO
NACIONAL	12	1	4	8.125.000,00
ACRE	103	36	12	12.270.582,00
ALAGOAS	26	7	14	27.197.948,00
AMAPÁ	18	18	0	0
BAHIA	24	5	13	11.766.803,00
CEARÁ	12	2	3	1.550.157,00
DISTRITO FEDERAL	56	2	22	26.213.411,00
ESPÍRITO SANTO	14	5	7	7.798.423,00
GOIÁS	51	11	25	48.561.659,00
MARANHÃO	45	6	9	8.150.897,00
MINAS GERAIS	43	16	9	16.210.195,00
MATO GROSSO DO SUL	1	0	0	0
MATO GROSSO	20	18	0	0
PARÁ	44	15	13	4.497.973,00
PERNAMBUCO	25	3	7	10.758.092,00
PIAUÍ	1	0	1	200.000,00
PARANÁ	21	6	3	1.923.408,00
RIO DE JANEIRO	61	29	15	24.687.502,00
RIO GRANDE DO NORTE	2	0	1	3.030.000,00
RIO GRANDE DO SUL	76	13	36	36.408.902,00
SANTA CATARINA	3	1	0	0
SERGIPE	1	0	0	0
SÃO PAULO	85	21	28	70.413.228,00
				311.639.180,00

TABELA 23 - PROJETOS APRESENTADOS POR MUNICÍPIOS ⁹				
MUNICÍPIO	PROJETOS CADASTRADOS	ARQUIVADO	PROJETOS APROVADOS	VALOR AUTORIZADO
MACEIÓ-AL	11	7	4	2.543.554,00
CAMAÇARI-BA	6	5	1	562.809,00
LAURO DE FREITAS-BA	10	7	2	1.388.010,00
SALVADOR-BA	5	3	1	1.043.054,00
SIMÕES FILHO-BA	9	6	2	1.157.560,00
FORTALEZA-CE	29	12	10	4.272.522,00
MARACANAÚ-CE	1	1	0	
CARIACICA-ES	7	1	5	1.362.473,00
SERRA-ES	20	6	7	3.026.192,00
VIANA-ES	9	2	4	1.217.178,00
VILA VELHA-ES	6	2	4	992.997,00
VITÓRIA-ES	16	8	7	3.218.480,00
ÁGUAS LINDAS-GO	6	3	0	
CIDADE OCIDENTAL-GO	5	2	1	995.624,00
FORMOSA-GO	26	11	2	1.011.624,00
LUZIÂNIA-GO	8	6	1	995.624,00
NOVO GAMA	4	3	1	995.624,00
VALPARAÍSO	5	3	1	25.465,00
PLANALTINA	7	5	0	
BOM JARDIM-MA	1	1	0	
BELO HORIZONTE- MG	8	1	5	2.249.821,00
BETIM-MG	5	0	4	2.138.865,00
CONTAGEM-MG	10	6	3	2.012.256,00
DIAMANTINA- MG	1	0	0	

9. Nessa tabela são considerados os valores demandados, tanto pelo executivo municipal quanto por outras instituições, tais como Organizações Não Governamentais, cabendo destacar que os montantes de recursos estão agregados por município.

(Cont.)

TABELA 23 - PROJETOS APRESENTADOS POR MUNICÍPIOS				
MUNICÍPIO	PROJETOS CADASTRADOS	ARQUIVADO	PROJETOS APROVADOS	VALOR AUTORIZADO
IBIRITÉ-MG	8	4	2	952.744,00
RIBEIRÃO DAS NEVES-MG	2	0	2	676.473,00
SANTA LUZIA-MG	8	4	3	1.364.666,00
SETE LAGOAS- MG	1	1	0	
RONDONÓPOLIS- MT	1	0	3	900.966,00
SORRISO- MT	1	1	0	
ANANINDEUA-PA	17	14	1	971.179,00
BELÉM-PA	12	6	4	484.908,00
CABO DE SANTO AGOSTINHO-PE	12	7	2	1.025.705,00
CARUARU-PE	2	2	0	
JABOATÃO DO GUARARAPES-PE	8	6	1	961.564,00
OLINDA-PE	2	1	0	
RECIFE-PE	16	6	9	6.388.026,00
ALMIRANTE TAMANDARÉ- PR	10	6	3	323.587,00
ARAUCÁRIA-PR	12	3	6	2.205.897,00
COLOMBO –PR	5	2	1	958.857,00
CURITIBA- PR	14	6	7	4.710.557,00
IBIPORA- PR	1	1	0	
LONDRINA- PR	1	1	0	
MARINGÁ- PR	1	0	0	
PIRAQUARA- PR	5	3	2	478.513,00
SÃO JOSÉ DOS PINHAIS- PR	3	2	0	
DUQUE DE CAXIAS-RJ	11	8	2	1.367.683,00
ITABORAÍ- RJ	6	4	2	1.323.527,00
ITAGUAÍ- RJ	7	5	2	1.330.307,00
MACAÉ- RJ	17	16	1	59.504,00
MESQUITA- RJ	6	3	2	608.214,00

(Cont.)

TABELA 23 - PROJETOS APRESENTADOS POR MUNICÍPIOS				
MUNICÍPIO	PROJETOS CADASTRADOS	ARQUIVADO	PROJETOS APROVADOS	VALOR AUTORIZADO
NILÓPOLIS- RJ	7	5	1	1.020.444,00
NITERÓI-RJ	7	7	0	
NOVA IGUAÇU- RJ	9	5	0	
PETRÓPOLIS- RJ	1	1	0	
RIO DE JANEIRO- RJ	4	2	2	2.845.572,00
SÃO GONÇALO- RJ	11	4	2	1.385.777,00
SÃO JOÃO DE MERITI- RJ	3	2	0	
ALVORADA- RS	8	5	2	1.428.986,00
BAGÉ- RS	1	0	1	995.624,00
CACHOEIRINHA- RS	7	5	2	1.144.467,00
CANOAS- RS	1	0	1	962.034,00
CRUZ ALTA- RS	3	2	0	
ESTÂNCIA VELHA- RS	2	0	1	585.598,00
ESTEIO- RS	11	10	1	968.854,00
FARROUPILHA- RS	1	1	0	
GRAVATÁ- RS	4	2	1	960.464,00
GUAÍBA- RS	9	5	1	945.454,00
NOVA PETRÓPOLIS- RS	1	1	0	
NOVO HAMBURGO- RS	8	6	2	991.686,00
PORTO ALEGRE- RS	29	16	7	2.959.292,00
RIO GRANDE- RS	2	2	0	
SANTA CRUZ DO SUL- RS	1	1	0	
SANTA MARIA- RS	1	1	0	
SÃO LEOPOLDO- RS	5	2	2	2.199.310,00
SAPUCAIA DO SUL- RS	8	6	1	962.464,00
VIAMÃO- RS	3	0	3	599.035,00
FLORIANÓPOLIS- SC	1	0	0	

(Cont.)

TABELA 23 - PROJETOS APRESENTADOS POR MUNICÍPIOS				
MUNICÍPIO	PROJETOS CADASTRADOS	ARQUIVADO	PROJETOS APROVADOS	VALOR AUTORIZADO
CAMPINAS- SP	6	4	2	3.844.028,00
CASA BRANCA-SP	1	1	0	
COTIAS- SP	1	0	0	
DIADEMA- SP	7	1	5	3.955.610,00
EMBU- SP	2	1	1	797.070,00
EMBU-GUAÇU- SP	2	1	1	261.176,00
FRANCO DA ROCHA- SP	2	2	0	
GUARULHOS	5	2	2	724.736,00
ITAPECERICA DA SERRA- SP	3	1	2	1.961.773,00
ITAPEVI- SP	3	1	2	1.231.557,00
JABOTICABAL- SP	1	0	0	
JANDIRA- SP	3	1	2	1.086.487,00
JUNDIAÍ- SP	1	1	0	
OSASCO- SP	10	4	4	3.264.646,00
PEDREIRA- SP	1	0	0	
PIRACAIA- SP	1	1	0	
PIRAPORA DO BOM JESUS- SP	3	0	2	1.019.177,00
RIO CLARO- SP	1	0	0	
SANTA GERTRUDES- SP	1	1	0	
SANTANA DE PARNAIBA- SP	1	0	1	102.084,00
SANTO ANDRE- SP	3	2	1	528.981,00
SAO BERNARDO DO CAMPO- SP	10	3	4	2.687.456,00
SAO PAULO- SP	1	0	1	16.187.630,00
TABOAO DA SERRA- SP	5	2	3	2.049.147,00
VALINHOS- SP	1	1	0	
VARGEM GRANDE PAULISTA- SP	2	1	1	796.599,00
				119.755.827,00

Fonte: SIMAP

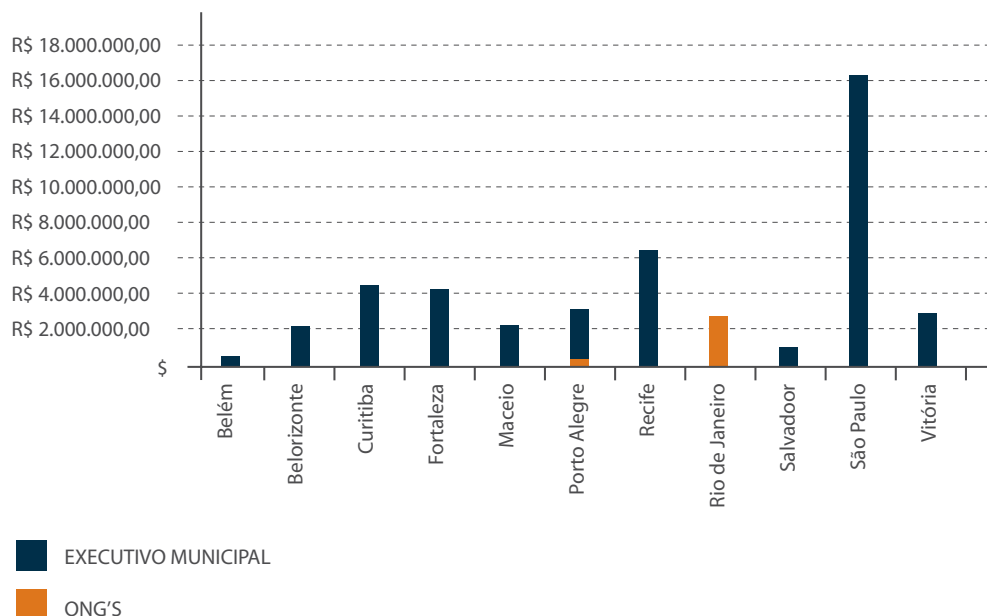
As autorizações consubstanciadas em protocolos já assinados pelo Ministério da Justiça, ou em fase final de análise e elaboração dos convênios, representam um valor adicional de R\$ 182.455.022,74, segundo informação do Ministério da Justiça, que terão de ser empenhados até o final do exercício de 2008.

Os valores autorizados para transferências para estados e municípios, representando a primeira etapa das transferências já se aproximam do valor autorizado para transferências no PRONASCI (Modalidade de Aplicação 30,40 e 50). Isso indica a necessidade de se tramitar um crédito suplementar, oferecendo como fonte recursos da modalidade de aplicação 90 (provavelmente na ação “20B6 - CONCESSÃO DE BOLSA-FORMAÇÃO A POLICIAIS MILITARES E CIVIS, AGENTES PENITENCIÁRIOS, GUARDAS-MUNICIPAIS, BOMBEIROS E PERITOS CRIMINAIS, DE BAIXA RENDA”) para as modalidades de aplicação 30, 40 e 50 (provavelmente nas ações: “8857 - APOIO A IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS DE SEGURANÇA CIDADÃ”, “8858 - VALORIZAÇÃO DE PROFISSIONAIS E OPERADORES DE SEGURANÇA PÚBLICA” e “8853 - APOIO A IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS”).

As capitais dos estados que são o objetivo prioritário do PRONASCI, devido aos elevados índices de violência, normalmente registrados, são descritos no Gráfico 6. Nesse conjunto de cidades, São Paulo apresentou a maior demanda de recursos, no montante de R\$ 16.187.630,00 representando 34,8% do total. Destacam-se ainda os municípios de Recife, Curitiba e Fortaleza, enquanto os demais demandaram valores inferiores R\$3.000.000,00.

GRÁFICO 6

Montante de recursos demandados pelos municípios sedes dos estados

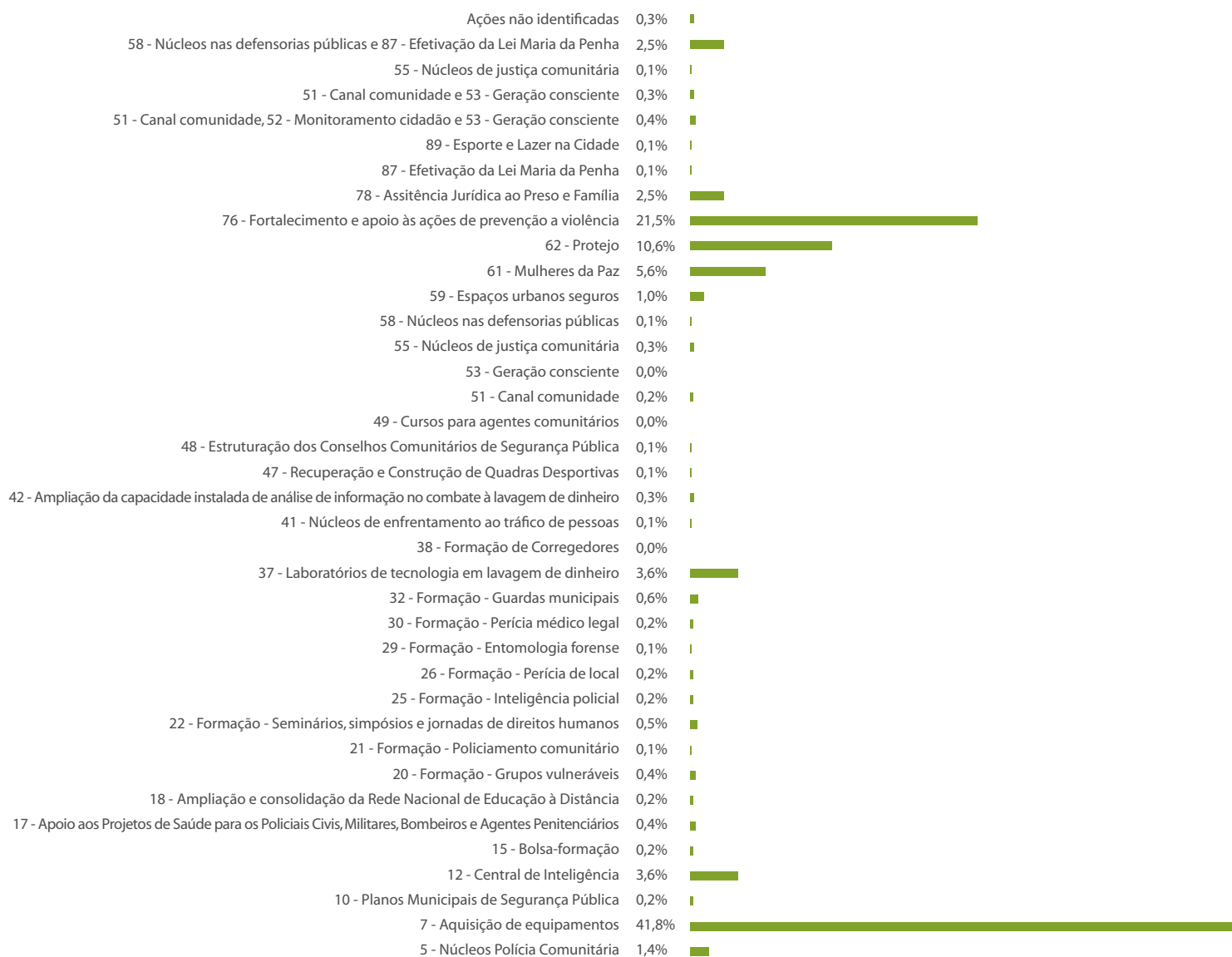


Fonte: SIMAP / Elaboração: FGV

A análise agregada, por unidades da federação e municípios, do volume de recursos são descritas no Gráfico 7, por meio da enumeração das ações reportadas no sistema. Cabe destacar que 2,9% das ações tiveram mais de um código associado a um determinado projeto, sendo esses classificados em uma nova categoria. Nesse gráfico, é possível identificar ainda que a ação Fortalecimento e apoio às ações de prevenção à violência foi requerida principalmente pelos municípios e representou 21,5%, enquanto que a aquisição de equipamentos foi a maior demanda dos estados, correspondendo a 41,8% do total de recursos solicitados ao Ministério da Justiça. Destacam-se ainda, porém em menor proporção, os projetos para as ações do Protejo, Mulheres da Paz, Laboratórios de tecnologia em lavagem de dinheiro e Central de Inteligência que absorveram, respectivamente, 10,6%; 5,6%; 3,6% e 3,6% do total de recursos aprovados para convênios.

GRÁFICO 7

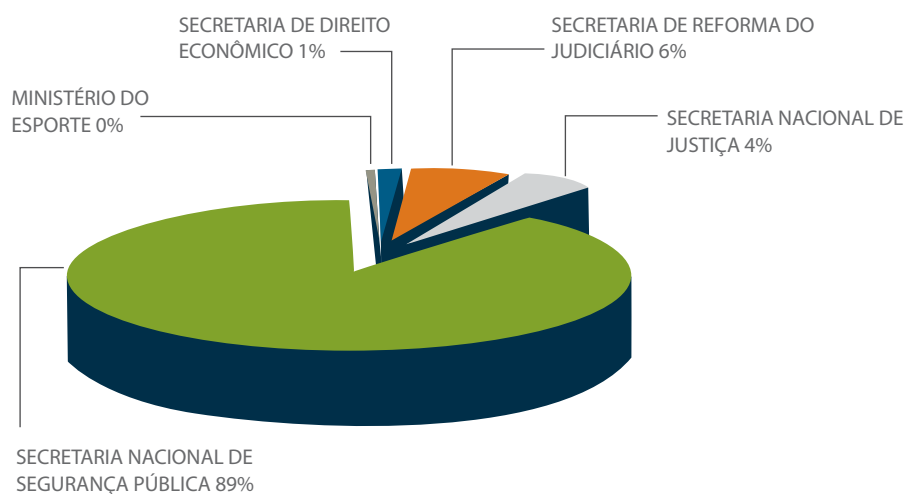
Percentual das ações demandados pelos entes da federação



As Secretarias do Ministério da Justiça e os demais Ministérios que estabeleceram convênios para a implantação das ações do PRONASCI são apresentados no Gráfico 8. Pode-se observar que a Secretaria Nacional de Segurança Pública foi responsável pela liberação de 89,5% do montante de recursos aprovados no período, correspondendo ao valor de R\$ 367.835.719,00.

GRÁFICO 8

Secretarias e Ministérios responsáveis pela celebração dos convênios



Fonte: SIMAP / Elaboração: FGV Projetos

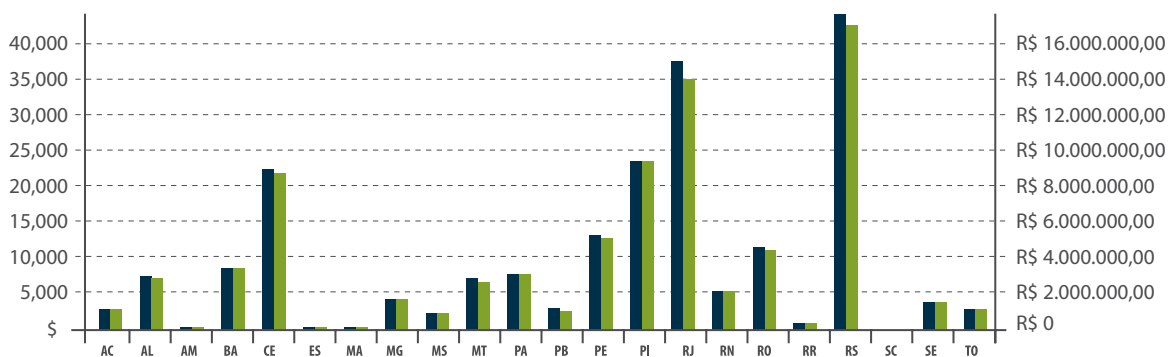
Quanto aos resultados obtidos para a ação de bolsa formação, deve-se observar que os indicadores apresentados no gráfico 9 correspondem à execução orçamentária, representada pelo volume de recursos financeiros pagos e à quantidade de bolsas concedidas, para o Brasil e para todas as instituições no ano de 2008. No gráfico de barras, são descritos os valores pagos e número de pessoas contempladas pela ação, correspondendo ao período de abril a novembro de 2008. Deve-se observar ainda que os dados correspondem ao lançamento realizado até o dia três de novembro de 2008.

Os resultados indicam que foram beneficiados 168.808 profissionais da segurança pública mediante a concessão de bolsas de formação para as polícias civis, militares, bombeiros militares, perícia e administração penitenciária, correspondendo ao valor aproximado de 65 milhões. O estado do Rio Grande do Sul apresentou aproximadamente 24,7% do volume financeiro e o Rio de Janeiro 18,2%. Destacaram-se ainda os estados do Piauí e Ceará com 12% cada, enquanto que os demais tiveram participação inferior a 6%.

GRÁFICO 9

Destinação de recursos da Bolsa Formação por unidade da federação

GRÁFICO DE EXECUÇÃO



Fonte: SIMAP / Elaboração: FGV Projetos

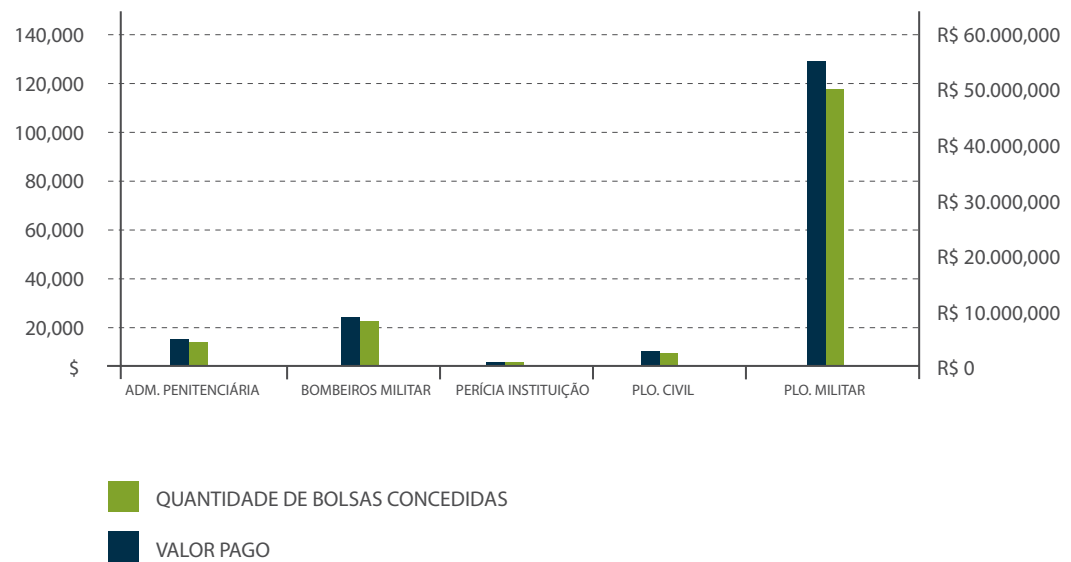
■ QUANTIDADE DE BOLSAS CONCEDIDAS
 ■ VALOR PAGO

A análise a partir do gráfico 10, considerando o montante dos valores pagos, demonstra que a Polícia Militar recebeu aproximadamente 60% das bolsas concedidas no período, enquanto que os Bombeiros Militares e a Administração Penitenciária receberam, respectivamente, 24% e 12% do volume de recursos concedidos através da bolsa formação. A Polícia Civil e a Perícia tiveram juntas apenas 6% do montante total. Os valores e quantidades percentuais da execução dessa ação podem ser vistos no gráfico a seguir.

GRÁFICO 10

Destinação de recursos da bolsa formação por instituição de segurança pública

GRÁFICO DE EXECUÇÃO

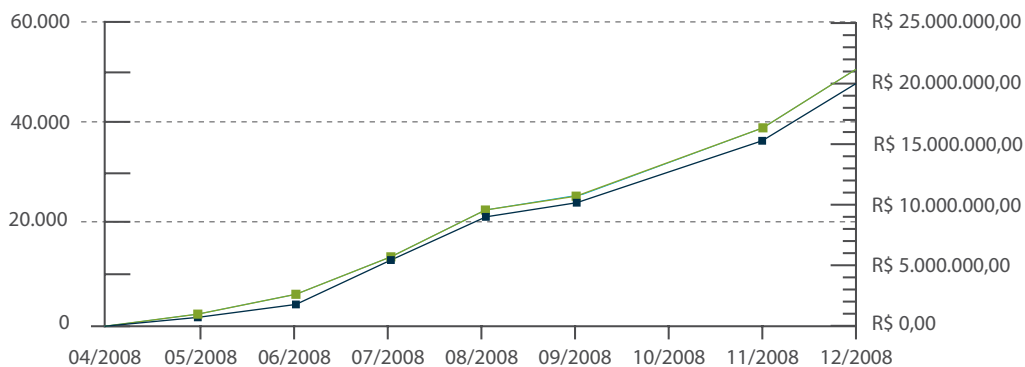


Fonte: SIMAP / Elaboração: FGV Projetos

No gráfico 11 são apresentados os valores pagos e o número de bolsas concedidas mensalmente para o Brasil, sendo o gráfico de linhas extraído da tela do SIMAP. Deve-se destacar a partir desse que o montante de bolsas teve um acréscimo significativo ao longo dos meses, sendo que em novembro foram pagas cerca de R\$ 20.000.000,00 a mais do que no período anterior. Em termos de beneficiados esse montante representou cerca de 50 mil novas bolsas.

GRÁFICO 11

Bolsa formação – Bolsas concedidas e valores pagos para o período mensal

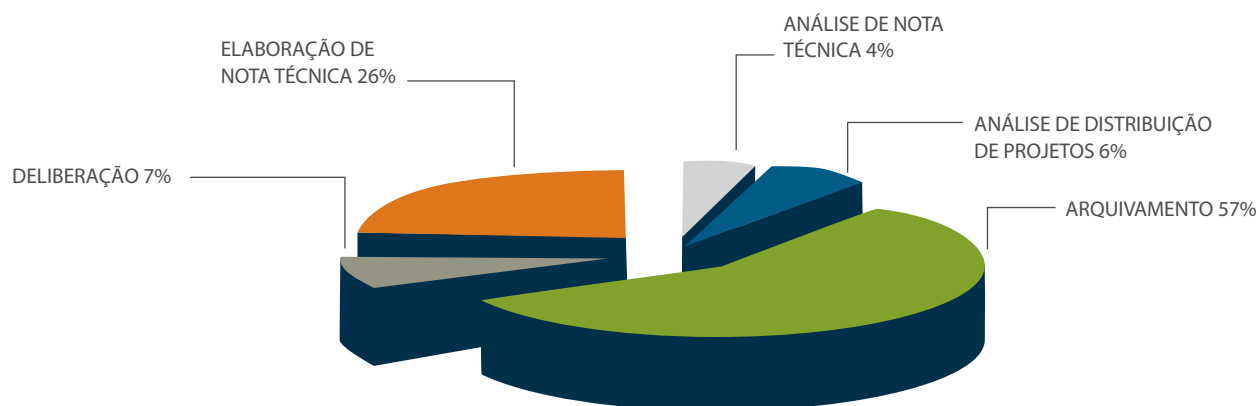


Fonte: SIMAP

O gráfico 12 descreve, em termos percentuais, a situação dos projetos encaminhados pelos entes da federação e ONG's ao Ministério da Justiça para obtenção de recursos do PRONASCI, excluídos aqueles que encontram-se em fase de celebração de convênio ou que já tiveram o convênio celebrado correspondentes a 404 projetos. Destaca-se que 57% dos projetos apresentados não foram aprovados sendo esses arquivados, enquanto que os demais se encontram em fase de análise pela equipe técnica do Ministério da Justiça.

GRÁFICO 12

Projetos em fase de análise ou arquivados



Fonte: SIMAP. Elaboração: FGV Projetos

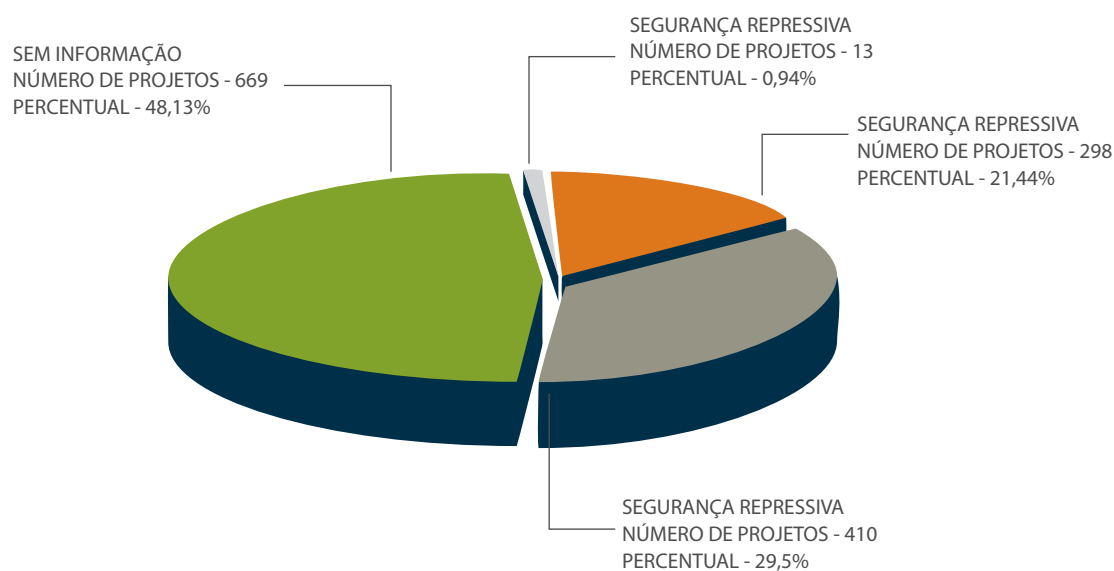
4.2.2. Análise dos projetos por tipo de solicitação

A partir da observação dos pedidos encaminhados ao Ministério da Justiça (MJ) com base nas diretrizes do PRONASCI, é possível se analisar a característica dos pedidos encaminhados pelos estados e municípios que tenham assinado os convênios com o Ministério da Justiça. Dessa forma, pode-se verificar o tipo de demanda encaminhada no âmbito do PRONASCI e o montante de recursos a ele destinado. Assim, as demandas foram classificadas tendo em vista os seguintes critérios: 1 – segurança repressiva; 2 – segurança defensiva e 3 – segurança preventiva. Em relação ao primeiro aspecto, foram considerados como segurança repressiva os projetos destinados a ações típicas de policiamento ostensivo. Como segurança defensiva, foram considerados os projetos voltados para a implantação de ações voltadas para o policiamento comunitário, capacitação dos profissionais de segurança, valorização profissional e incremento dos processos de gestão. Por fim, foram considerados como segurança preventiva os projetos voltados a ações sociais e relacionados aos diversos atores públicos envolvidos nessas políticas. As classificações permitem uma interpretação, a partir dos dados existentes, da natureza dos pedidos apresentados pelos entes federativos estaduais e municipais.

Em se considerando a análise dos projetos por tipo de solicitação dos estados e municípios para o ano de 2008, do total de projetos apresentados ao longo do ano (total de 1390), pode-se observar que 669 não apresentam ainda vínculos com as ações PRONASCI, totalizando 48,13% dos projetos apresentados. O número de projetos inscritos na categoria segurança repressiva perfaz o número de 13, ou 0,94% das demandas apresentadas. As ações de segurança defensiva correspondem a 298 projetos, compondo 21,44% dos pedidos. Por fim, as ações de segurança preventiva correspondem a 29,5% dos projetos apresentados, ou seja, 410 pedidos encaminhados. A descrição dos projetos encaminhados pode ser observada no gráfico a seguir:

GRÁFICO 13

Análise dos projetos por tipo de solicitação dos estados e municípios em razão do PRONASCI, em 2008



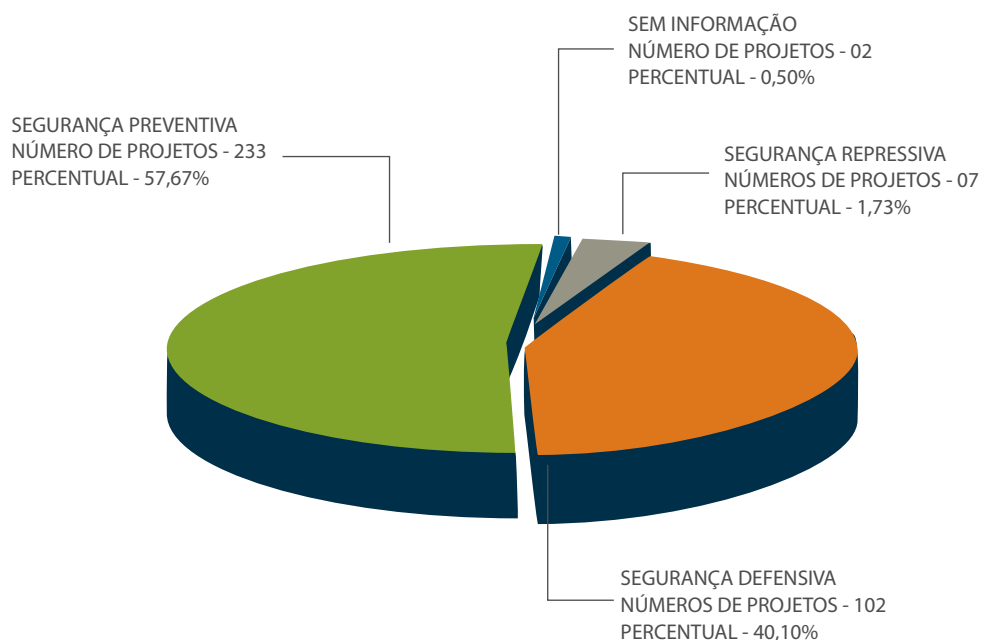
Fonte: SIMAP; Elaboração: FGV Projetos

Obs.: "Sem Informação" refere-se aos projetos não selecionados para celebração de convênios. Neste caso, a eles não foram associadas ações PRONASCI.

Por outro lado, é importante se considerar o número de projetos aprovados, que foram 404, ou seja, mais de 2/3 dos projetos não foram autorizados para celebração de convênio e execução. Dentre os projetos aprovados, destacam-se os relativos à segurança preventiva, em número de 233, perfazendo 57,67% do total. Os projetos de segurança foram 162, ou 40,10% do total, e os projetos de segurança repressiva em número de 7, correspondendo a 1,73% do total. Os projetos sem informação a respeito de sua natureza são 2, com 0,50% do total de aprovados. Tais projetos não apresentam uma ação específica do PRONASCI vinculadas ao seu escopo.

GRÁFICO 14

Análise dos projetos aprovados pelo MJ

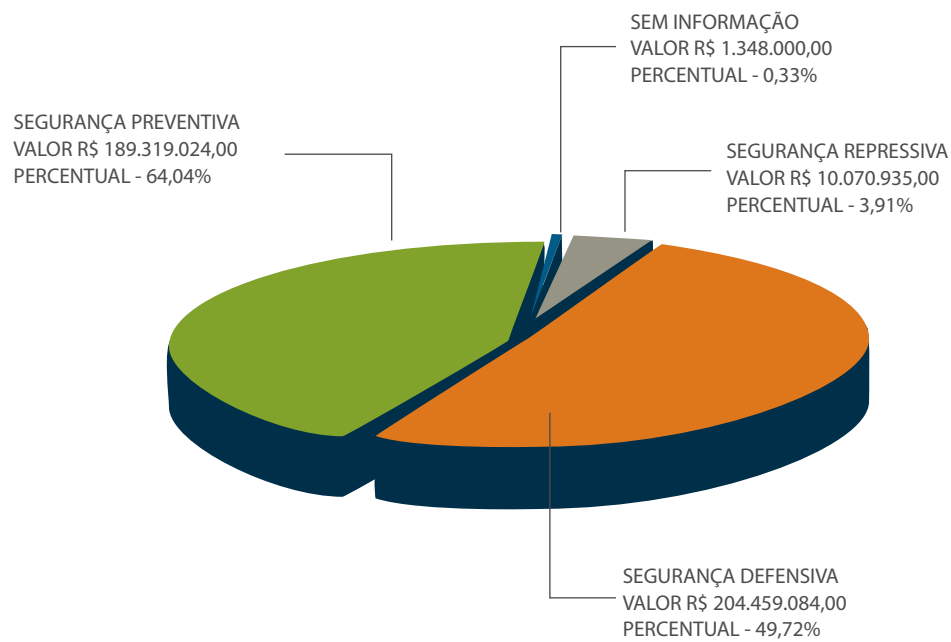


Fonte: SIMAP; Elaboração: FGV Projetos

Em se considerando os valores dos projetos aprovados, os projetos de segurança preventiva correspondem a R\$ 189.319.024,00, perfazendo 46,04% dos valores autorizados. Os projetos categorizados como segurança defensiva importam em um montante de R\$ 204.459.084,00, ou 49,72% do total. Os projetos de segurança repressiva, por sua vez, apresentam uma parcela de valores de R\$ 16.076.935,00, ou 3,91% do total. Os projetos sem informação apresentam um montante autorizado de R\$ 1.348.000,00, ou 0,33% do total. A análise dos projetos autorizados cotejada com os valores autorizados indica que, embora com 13,61% do total de aprovados, os recursos despendidos para estas ações correspondem a quase 25,09% do total, uma relação em que os valores gastos são duplicados em relação ao montante de projetos aprovados. O gráfico a seguir indica essa situação:

GRÁFICO 15

Valor dos projetos aprovados



Fonte: SIMAP; Elaboração: FGV Projetos

Finalmente, em relação à aderência dos projetos solicitados aos projetos aprovados, pode-se afirmar que existe um direcionamento para a segurança preventiva e defensiva. A informação sobre segurança repressiva tem pouco impacto, pois corresponde a menos de 5% nos dois gráficos. Os dados disponíveis sobre a segurança defensiva indicam que dos 298 projetos demandados, apenas 162 (54% dos projetos) foram aprovados. Nesse sentido, dos 410 projetos de segurança preventiva apresentados, 233 foram aprovados. (57% dos projetos). Cabe ressaltar que o número de projetos aprovados sem informações, permitindo assim a sua classificação segundo as suas finalidades, foi inferior a 0,5% nos dois gráficos.

JUSTIÇA ELEITORAL



1

2

3

4

5

6

7

8

9

0

CORRIGE

CONFIRMA

5 O PRONASCI e os governos eleitos em 2008

Uma questão importante a ser destacada nesse PRONASCI EM PERSPECTIVA é a relação dos entes federativos e seu impacto na implementação do programa. Dessa forma, a realização das eleições municipais no ano de 2008 é um importante elemento a ser considerado no arranjo institucional do PRONASCI, e o resultado do pleito realizado neste ano indica a necessidade de atenção para o processo de mudança de governos que se iniciará no próximo ano, e a repactuação com municípios onde não se deu uma continuidade administrativa. Assim, a presente seção do documento discutirá tais aspectos e sua importância no contexto em que as ações PRONASCI são implementadas.

Os gráficos e tabelas a seguir apontam para uma expressiva alternância no controle de prefeituras conveniadas ao PRONASCI. Esse fato é importante, pois o PRONASCI é uma política assentada em bases federativas, que têm por objetivo a redução dos índices de violência e criminalidade por meio de uma perspectiva cidadã. A execução das políticas, principalmente as territorializadas, depende de uma articulação institucional entre os entes federativos e da alimentação do sistema de monitoramento com as informações oriundas das pontas.

A sintonia do governo federal com suas respectivas unidades subnacionais é fator relevante para o sucesso das políticas do PRONASCI. Os gráficos a seguir e as tabelas em anexo expõem as mudanças decorrentes do novo cenário pós-eleitoral. A análise considerou os 82 municípios participantes do PRONASCI. Cabe registrar que houve alternância de poder em 50 dos municípios participantes do PRONASCI, ao passo que os governos não mudaram nas 32 cidades restantes.

5.1 Análise sintética das mudanças

Como é possível se verificar no gráfico a seguir, a taxa de renovação das prefeituras vinculadas ao PRONASCI registrou a marca de 54,9%, ou seja, as novas prefeituras eleitas em 2008, nesse grupo de cidades, tiveram uma mudança em pouco mais da metade dos casos analisados. Considerando-se as capitais participantes do PRONASCI, houve mudança em 50% das cidades desse grupo. Como o programa é direcionado às regiões metropolitanas com índices de violência expressivos, as capitais têm um importante papel na articulação

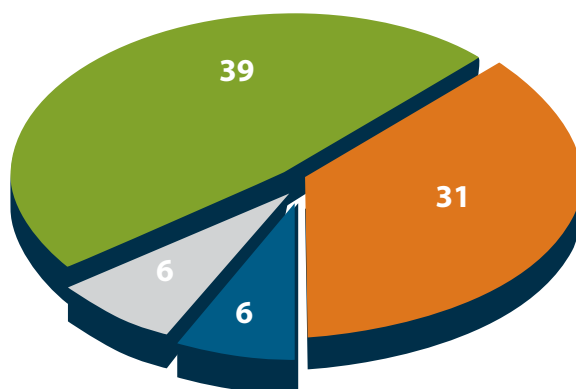
dos recursos disponíveis para o desenvolvimento das políticas públicas, e exercem grande influência sobre o seu entorno urbano. Isso indica, por sua vez, a necessidade de uma ação junto aos novos prefeitos dessas capitais com a finalidade de reforçar o entendimento em relação às políticas recém introduzidas do PRONASCI.

GRAFICO 16

Análise dos municípios participantes do PRONASCI após as eleições de 2008

TAXA DE RENOVAÇÃO NAS CAPITAIS = 50,0%

TAXA DE RENOVAÇÃO GERAL = 54,0%



Fonte: TSE. Elaboração: FGV Projetos

- PREFEITURAS DAS CAPITAIS QUE MUDARAM DE GESTÃO
- PREFEITURAS DAS CAPITAIS QUE NÃO MUDARAM DE GESTÃO
- PREFEITURAS QUE MUDARAM DE GESTÃO
- PREFEITURAS QUE NÃO MUDARAM DE GESTÃO

A próxima tabela faz uma comparação entre os municípios que apresentaram mudança de gestão e aqueles que estão inseridos no PRONASCI. Como se observou no gráfico anterior, estados com expressivo peso político no cenário nacional tiveram um índice considerável de mudança de governo em seus municípios inscritos no PRONASCI. Isso ilustra a necessidade de uma ação direcionada às novas administrações, a fim de reforçar as articulações em torno das políticas do programa.

TABELA COMPARATIVA – MUNICÍPIOS COM MUDANÇAS DE GESTÃO E MUNICÍPIOS INSCRITOS NO PRONASCI POR ESTADO			
UF	TOTAL DE MUNICÍPIOS COM MUDANÇAS DE GESTÃO DO PRONASCI	TOTAL DE MUNICÍPIOS DO PRONASCI NO ESTADO	%
ACRE	1	3	33,33%
ALAGOAS	1	1	100,00%
BAHIA	2	4	50,00%
CEARÁ	0	1	0,00%
DF E GO (RIDE)	4	7	57,14%
ESPÍRITO SANTO	2	5	40,00%
MINAS GERAIS	4	6	66,67%
PARÁ	0	2	0,00%
PARANÁ	3	6	50,00%
PERNAMBUCO	2	5	40,00%
RIO DE JANEIRO	10	14	71,43%
RIO GRANDE DO SUL	7	11	63,64%
SÃO PAULO	9	17	52,94%
TOTAL DOS MUNICÍPIOS DO PRONASCI	45	82	54,88%

Fonte: TSE. Elaboração: FGV Projetos

Em síntese, conforme analisado ao longo dessa seção, as mudanças de administração nos municípios inseridos no PRONASCI devem ser consideradas na estratégia de articulação entre os entes federativos envolvidos no programa. Isso é importante para reforçar o compromisso e o entendimento acerca das diretrizes do programa junto aos municípios, especialmente aqueles em que houve mudança de governo. A atenção a tal aspecto é recomendada, visto que o contexto político no qual o PRONASCI está inserido passou por uma mudança significativa.



6 Conclusões e recomendações

O Ministério da Justiça, a partir da implementação do PRONASCI, ampliou o seu escopo de atividades e os níveis federativos envolvidos em suas políticas. Esse novo dimensionamento exigiu, por outro lado, a necessidade de maior capacidade de investimento e capilaridade de suas ações. Com a responsabilidade de induzir políticas públicas complexas, baseadas na articulação de distintos níveis federativos e sociais, uma demanda importante se apresenta: construir uma estrutura de gestão afinada segundo os objetivos estratégicos do programa. Tal qual se observou ao longo desse relatório, a estrutura administrativa de suporte do programa ainda não acompanhou por completo essa mudança, caracterizada pela complexidade das políticas desenvolvidas no âmbito do PRONASCI, encontrando-se em estágio de modernização com apoio da cúpula dirigente. Dessa forma, é necessário o aprimoramento da estrutura administrativa de forma a compatibilizá-las com o volume de recursos destinados às ações do programa.

Tais problemas se manifestam, por exemplo, nos recursos humanos colocados à disposição do PRONASCI, ainda longe de um ponto ótimo, bem como pela necessidade de pessoal especializado para avaliar esse tipo de políticas públicas, principalmente em função de suas especificidades. A boa execução de iniciativas de governo, conforme a melhor literatura sobre o tema, não pode prescindir de pessoal qualificado e motivado para o trabalho. Recomenda-se, portanto, que tais iniciativas sejam intensificadas.

A questão da comunicação do PRONASCI, em seus aspectos conceituais e relativos às suas ações e ângulos institucionais é destacada nesse momento. Conforme se observou ao longo deste texto, existe uma demanda por melhoria da comunicação do MJ com os demais entes federados, para um maior esclarecimento dos conceitos estruturantes do PRONASCI, bem como de suas ações. Isso também é válido para a sociedade civil, que, como ator importante nas ações do programa, necessita incorporar os seus conceitos nas práticas cotidianas de suas políticas. Uma maior divulgação, baseada no entendimento dos pressupostos do programa, é central para ampliar a participação em torno de suas ações, como também de sua legitimação junto à sociedade. Esses canais de divulgação mais fortes, estruturados com os entes federados e à sociedade, permitirão o fortalecimento dos GGIs e a apresentação de novos projetos mais focados com a lógica do PRONASCI.

Cabe ressaltar a necessidade de construção de um mecanismo mais eficiente para o funcionamento dos Gabinetes de Gestão Integrada, como órgãos de concertação de políticas públicas de segurança no âmbito dos Estados e Municípios. Neste sentido, os GGIs precisam ser completamente implantados e instrumentalizados, pois têm um papel muito importante na captura regular de dados qualitativos a respeito do andamento dos projetos do PRONASCI. Isso assegura, por sua vez, o seu monitoramento por parte da sociedade. Em razão de sua capilaridade junto aos locais de execução desses projetos, os GGIs têm uma visão privilegiada do que ocorre “em campo”, e da maneira pela qual ocorre a sua implementação e dos seus respectivos resultados.

No tocante à ação orçamentária relativa à concessão de bolsas a policiais e demais agentes de segurança, a mesma tem tido boa performance, mais ainda não chegando a um nível ótimo, em grande parte motivada por questões operacionais relacionadas à execução da política. Assim, é recomendável que se estude uma nova forma de se efetuar os pagamentos, com possível alteração do seu decreto de regulamentação. Também é aconselhável uma maior associação de ferramentas de educação a distância, segundo os parâmetros curriculares desenvolvidos pelo Ministério da Justiça, para se ampliar a capacitação dos profissionais de segurança pública. Isso é possível por meio da articulação das redes de universidades públicas, privadas e das instituições de formação das polícias já existentes, de forma a otimizar os resultados do processo de capacitação.

Em relação às políticas de descentralização orçamentária, vale notar que é necessário estabelecer procedimentos conjuntos para a utilização dos recursos orçamentários e maior difusão dos procedimentos de monitoramento e avaliação do Programa. Isso se justifica no fato de o PRONASCI perpassar diversos ministérios e setores da administração federal, reverberando, por seu turno, na utilização de recursos por estas instâncias de governo. A observação a tais questões é importante tanto em relação ao PRONASCI, quanto em razão do próprio SIMAP. De forma geral considerando as dificuldades inerentes ao ano inicial de um programa complexo o PRONASCI aponta, nesse momento, para uma expectativa auspiciosa de realização. Essa expectativa, ressalta-se, deverá aguardar o final do exercício para uma confirmação mais precisa.

6.1 Recomendações específicas sobre a implantação e uso do SIMAP

Em relação ao SIMAP, é possível se afirmar que a partir de sua conclusão será possível, por meio da aplicação dos indicadores de execução e impacto, o acompanhamento do desenvolvimento das externalidades geradas pelo programa, independentemente da sua modalidade de execução (convênio, repasse, execução direta etc.). A integração e a padronização das séries históricas destes indicadores proporcionarão ao Ministério da Justiça uma melhor compreensão da evolução da execução deste programa e de seus efeitos.

Este “olhar” sobre o PRONASCI será bastante acurado, pois o mesmo é pautado por três dimensões de análise: 1) orçamentária e financeira; 2) física; e 3) social. O primeiro aspecto permite a indicação da eficiência na movimentação de recursos entre os entes federativos; a segunda dimensão possibilita o acompanhamento regular do progresso dos diversos projetos, considerando-se suas metas específicas; e, por fim, o terceiro parâmetro de análise permite a incorporação das informações dos atores próximos aos locais de execução dos projetos. Nesse caso, a sua proximidade da execução dos projetos permite a incorporação de dados qualitativos acerca das ações do programa e de seus respectivos efeitos. Esta triangulação de perspectivas, instrumentalizada pelo SIMAP, trará qualidade à visão estratégica que o Ministério da Justiça necessita ter para o PRONASCI.

Deve-se observar, ainda, que a gestão interna do Ministério da Justiça tem um duplo papel no sucesso do SIMAP. Em um primeiro instante ela proporcionará, por meio de seus processos de trabalho e pessoal, a configuração e a garantia de qualidade e de continuidade da alimentação de dados para o SIMAP. As múltiplas modalidades de execução, a dinâmica inerente a programas descentralizados desta natureza e a necessidade de controles e informações fazem com que o SIMAP necessite do apoio total da gestão interna do Ministério da Justiça, sob pena de não conseguir produzir os resultados esperados. Uma vez que o SIMAP esteja em plena operação, suas informações serão utilizadas como insumos para a avaliação e monitoramento do PRONASCI o que, por sua vez, poderá levar a ajustes na condução deste programa, acarretando, em um segundo momento, um efeito sobre a gestão interna do Ministério da Justiça.

Entretanto, o MJ deverá fazer um grande esforço no sentido de internalizar rotinas e procedimento de uso do SIMAP e, sobretudo, articular-se com a rede de convenentes,

de forma a obter em tempo hábil a carga de informações de execução das ações. Isso implica, por um lado, na clara especificação das EAPs vinculadas às ações e da inclusão de pontos de controle naquelas ações ainda carentes destes. Procedimentos de concertação entre MJ e convenentes, em termos da transferência de recursos *vis-à-vis* informações estratégicas do programa são absolutamente críticos ao sucesso do monitoramento e avaliação do mesmo, e só podem ser plenamente implementados pela ação dos poderes públicos, que detêm as atribuições e mandato para tal.

Assim, por meio do SIMAP, os GGIs poderão registrar suas percepções sobre o andamento do programa, sejam elas preocupações, constatações e elogios acerca dos projetos em implantação na sua região. O registro no SIMAP é fundamental para o acompanhamento das ações do programa e mensuração de seus efeitos. Dessa forma, sua efetivação se constitui, em complementação às perspectivas orçamentária, financeira e física dos projetos, uma base sólida de informações para análise integrada do PRONASCI, o que permite a avaliação das externalidades do programa considerando toda a sua complexidade.

6.2 Recomendações gerais sobre o PRONASCI

O PRONASCI, conforme exposto no presente relatório, é marcado pela integração de diversas ações destinadas a reduzir os índices de violência no país, que vão de iniciativas sociais ao aumento da eficácia das instituições de defesa social e à articulação dos três níveis federativos e da sociedade em torno do conceito de segurança cidadã. A complexidade do programa e de suas políticas está operando, por outro lado, em contexto ainda marcado pelo paradigma de ações isoladas e fracionadas. Esse legado, conforme exposto ao longo do relatório, aponta para um repertório cultural das diversas instituições de defesa social, justiça criminal e mesmo sociedade civil ainda sem um alinhamento mais próximo das diretrizes do programa.

Por outro lado, isso não significa a impossibilidade de alinhamento entre os entes federativos, as instituições de defesa social, a justiça criminal ou mesmo a sociedade civil. Como visto ao longo do texto, existe uma grande receptividade em relação ao programa e ao seu potencial de transformação. A aderência dos distintos atores

envolvidos na segurança pública deve ser potencializada, a fim de que o programa seja enraizado de maneira mais forte na sociedade e nas instituições de segurança e justiça criminal. Isso já vem sendo realizado pelo PRONASCI, com destaque para os programas de valorização profissional como o Bolsa Formação, o Plano Nacional de Habitação para os profissionais de segurança pública, e as ações voltadas para a intervenção em regiões com problemas de coesão social.

O alcance do programa ainda não atingiu o seu ponto ótimo, em virtude das dificuldades operacionais aqui descritas. Porém, o desenvolvimento da infraestrutura adequada ao desenvolvimento pleno do programa está sendo concluída. Dessa forma, o programa contará com os instrumentos apropriados para executar as suas ações e ampliar a base de convênios, aprovação e execução de projetos. Nesse sentido, o ano de 2009 se abre de forma mais auspiciosa para o PRONASCI, visto que a base que possibilitará o desenvolvimento de seus programas estará concluída e a alimentação adequada das informações do sistema de monitoramento, principalmente na ponta, permitirá a avaliação de suas ações.

Uma questão importante a ser destacada no quadro do PRONASCI, extraída a partir da análise do legado, é a inclusão de novas ações PRONASCI, como campos de atuação do programa. O diagnóstico elaborado a respeito do contexto sobre o qual as políticas do PRONASCI estão sendo construídas aponta fragilidades intrínsecas ao sistema de segurança, como os modelos de gestão dessas instituições, a necessidade de maior eficácia na aplicação dos recursos financeiros, a padronização dos sistemas de informação e medidas, visando ao estabelecimento de métricas de monitoramento e avaliação de desempenho no âmbito do sistema de segurança pública. Assim, as ações PRONASCI para o ano de 2009 deveriam incorporar tais elementos.

Ações PRONASCI voltadas para o desenvolvimento e melhoria dos modelos de gestão das polícias e demais instituições de segurança se justificam pela necessidade crítica de incrementar as estruturas de gestão, visando a sua adequação a políticas voltadas para a integração das instituições de segurança e modernização dos instrumentos de avaliação de suas ações, pois a construção de políticas de segurança cidadã,

direcionadas à participação comunitária depende de um modelo de gestão eficaz que dê suporte e sustentação às demais iniciativas. Deve-se ter em conta também que áreas fronteiriças à política de segurança, como educação e saúde deveriam ter ações PRONASCI específicas, construídas para promover pontes de políticas públicas com áreas de segurança. Por exemplo, campanhas e inclusão curricular de princípios cívicos e de direitos de cidadania, além de discussão sobre a justiça e a importância da legalidade e ordem pública como princípios basilares de uma sociedade democrática e economicamente próspera. Ou ainda, no caso da saúde, como dar suporte às vítimas indo além do tratamento emergencial.

Também é importante a construção de uma ação sobre o modelo utilizado para a prestação de contas nas instituições de segurança. Maior eficácia na aplicação dos recursos existentes importa, ao final, na ampliação do montante destinado à atividade-fim. O que se percebe, e será detalhado no próximo caderno, é a necessidade de se vincular investimento e resultado, de modo uniforme, para o melhor funcionamento e compreensão do sistema. Essa ação é relevante em virtude das fragilidades verificadas nesse domínio a partir do diagnóstico realizado pela FGV Projetos.

A adoção de ação específica voltada para a padronização dos sistemas de informação e utilização de tecnologias no âmbito da segurança pública também se faz necessária, visto que o emprego de tais recursos não deve se traduzir apenas em um processo de aquisição de material, mas vir acompanhado de sua adequação ao modelo de gestão, aos mecanismos destinados a avaliar sua utilização e à própria capacitação dos profissionais responsáveis por seu uso. Dessa forma, a ação não trabalharia a adoção das tecnologias como um simples processo de aquisição de equipamentos, mas a incluiria em uma estratégia maior de mudança no paradigma da segurança pública, tal qual proposto pelo PRONASCI.

É necessário, ainda, desenvolver a capacidade de gestão dos estados e municípios nas áreas de segurança e gestão da segurança pública, sendo muito importante a criação de, pelo menos, uma ação PRONASCI específica para o desenvolvimento de gestores de segurança pública e processos administrativos da gestão de segurança pública.

Observa-se também que, apesar do esforço do MJ, e considerando os condicionantes desse primeiro ano de gênese do PRONASCI, conforme ressaltamos anteriormente, sua execução transcorre dentro das contingências enfrentadas de forma positiva. No entanto, para o próximo exercício, há de se iniciar rotinas e procedimentos de convênios e submissão e análise de projetos, até o ponto de transferência de recursos, de forma mais expedita e eficaz. Isso implica em acelerar o calendário e processo de submissão de projetos, bem como sua análise, a alimentação adequada de sistemas de controle e execução do orçamento. Isso posto, o MJ deverá atentar para o aprimoramento de sua estrutura organizacional a fim de permitir maior eficácia de seus processos internos.

Outro ponto importante seria a reafirmação com os novos prefeitos dos protocolos assinados, em termos de uma reunião em Brasília para apresentação do PRONASCI e seu primeiro ano de atuação. Além disso, cabe ressaltar que, no tocante às unidades subnacionais, é importante dinamizar e dar um papel mais protagônico aos GGIs e GGMs, inclusive pelo acesso ao SIMAP por aquelas instâncias.

Por fim, é importante registrar a relevância da questão da segurança pública e da diminuição dos índices de violência no país para o desenvolvimento democrático e econômico do País. Os dois últimos decênios têm sido marcados por um grande incremento na participação política e inclusão de atores outrora distanciados das práticas democráticas, bem como da retomada do crescimento econômico. Deixar espaços sociais à mercê de práticas violentas significa perder um investimento cívico que vem sendo construído pela sociedade brasileira com muito afinho. Mudar o paradigma de enfrentamento dessa questão é central para que esse investimento não se perca.



FUNDAÇÃO
GETULIO VARGAS
FGV PROJETOS

SÃO PAULO	RIO DE JANEIRO
Av. Paulista, 548/8º andar	Praia de Botafogo, 190/6º andar
Tel.: (11) 3281.7915	Tel.: (21) 2559.5729
Fax: (11) 3281.7891	Fax: (21) 2559.8810

www.fgv.br/fgvprojetos
fgvprojetos@fgv.br